

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TIAGO ALEXANDRE LEME BARBOSA

DIRIGENTES PARTIDÁRIOS E PARLAMENTARES DO PMDB NO MATO GROSSO  
DO SUL (1980-2012): UMA ANÁLISE DA ORIGEM SOCIAL DOS MEMBROS DA  
COMISSÃO EXECUTIVA, DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS ELEITOS NO  
ESTADO

CURITIBA

2014

TIAGO ALEXANDRE LEME BARBOSA

Dirigentes Partidários e Parlamentares do PMDB no Mato Grosso do Sul (1980-2010): Uma análise da origem social dos membros da Comissão Executiva, Deputados Estaduais e Federais eleitos no Estado

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

Curitiba

2014

Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Barbosa, Tiago Alexandre Leme

Dirigentes partidários e parlamentares do PMDB no Mato Grosso do Sul (1980-2010): uma análise da origem social dos membros da Comissão Executiva, Deputados Estaduais e Federais eleitos no Estado. / Tiago Alexandre Leme Barbosa. – Curitiba, 2014.  
98 f.

Orientador: Prof.º Dr.º Adriano Nervo Codato  
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Ciência política – partidos políticos – Brasil.  
2. Corporativismo político – elite – atividades políticas. 3. Câmara dos Deputados – Comissão Executiva – . I. Título.

CDD 320



## **PARECER**

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **TIAGO ALEXANDRO LEME BARBOSA**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada “*DIRIGENTES PARTIDÁRIOS E PARLAMENTARES DO PMDB NO MATO GROSSO DO SUL (1980-2010): UMA ANÁLISE DA ORIGEM SOCIAL DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA E DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS ELEITOS NO ESTADO*”, decidiu favorável à “..... *APROVAÇÃO* .....” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política.

Curitiba, 13 de março de 2014.



  
Prof. Dr. Bruno Bolognesi

  
Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

  
Prof. Adriano Nervo Codato  
(**orientador e presidente**)

## AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa não teria sido realizada sem a ajuda, paciência e apoio de uma série de pessoas que contribuíram diretamente e também indiretamente para o meu trabalho. Listo abaixo algumas dessas pessoas e instituições que me ajudaram durante esses dois anos de mestrado, correndo o conhecido risco de deixar alguém de fora.

A começar pela minha família, que mesmo distante fisicamente, tem me apoiado em todos os momentos da minha formação. Aos meus pais, Lucineide e Nivaldo pelos esforços incomensuráveis dedicados a mim, ao longo de todos esses anos. Às minhas irmãs, Irídia e Iriana, por tudo que passamos juntos e pelas conversas e apoio à distância.

Ao meu orientador, Adriano Codato, por toda liberdade concedida para a realização deste trabalho, pelas aulas instigantes e pelo incentivo na divulgação das minhas pesquisas.

Sou muito grato a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, pelas aulas e pela contribuição na minha formação.

Aos meus amigos do NUSP, grupo de pesquisa que participei durante o mestrado, obrigado a todos. No grupo tive a oportunidade de apresentar o trabalho e em inúmeras conversas contei com a contribuição de todos e todas.

Aos membros da minha banca de qualificação e defesa, Emerson Cervi e Bruno Bolognesi, pelos comentários feitos nas duas ocasiões do trabalho. Estes comentários e críticas foram fundamentais para melhorá-lo e também para a minha formação como pesquisador.

Aos meus amigos Maycon e Yulia dos Santos, que têm participado da minha vida desde que cheguei a Curitiba. Também ao meu camarada Silas Rafael da Fonseca pela força e pelas conversas acadêmicas e não acadêmicas.

Agradeço o apoio de indivíduos e instituições do Mato Grosso do Sul que foram fundamentais para o trabalho. A começar pelos dirigentes do PMDB, em especial Ronaldo Cunha que gentilmente me forneceu os dados das Executivas da legenda.

A todos os dirigentes partidários que consegui conversar no Estado, durante as minhas viagens em busca dos dados. À Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, pelos dados enviados para o trabalho. Também ao sempre prestativo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS).

À Capes pela bolsa de pesquisa que permitiu que eu me dedicasse integralmente à pesquisa.

À minha namorada, Heloisa Ribeiro, que durante esse tempo que estamos juntos tem sempre estado ao meu lado, sendo minha companheira nas horas difíceis e boas. À ela, por todo amor e companheirismo.

É claro que todos os possíveis equívocos do trabalho são de minha inteira responsabilidade.

## RESUMO

A dissertação analisa a relação entre partidos políticos e o recrutamento dos seus membros. Essa relação é analisada nas Comissões Executivas Estaduais do PMDB, no Mato Grosso do Sul, entre os anos 1980 a 2010, e entre os deputados estaduais, federais e senadores eleitos, entre os anos de 1978 a 2010. Os dados são comparados aos dos membros das Comissões Executivas Estaduais dos partidos que ocupam locais distintos no espectro ideológico no centro: PSDB; na direita: PP, PTB e DEM, e na esquerda: PT e PDT. O objetivo é traçar o perfil dessas duas elites: a partidária: entendida como os membros das Comissões Executivas e a parlamentar: entendida como os legisladores citados. Para a realização da pesquisa foi feita uma prosopografia que, além da variável origem social, incluiu as variáveis: gênero, escolaridade, origem geográfica e idade de entrada no cargo, em fontes como o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e websites. A hipótese era de que existiria uma relação entre a localização dos partidos políticos no espectro ideológico e o recrutamento dos seus dirigentes e parlamentares. Esperava-se que partidos de centro – como o PMDB – recrutariam os seus membros entre as “camadas médias”, estas entendidas como os profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros. Conforme a literatura, os partidos de esquerda teriam uma maior presença de professores e trabalhadores manuais, e partidos de direita se destacariam pela maior presença de empresários e altos executivos, por exemplo. Os resultados confirmam em parte a hipótese. Partidos como o PT, DEM e PMDB recrutaram os seus membros entre as camadas que a literatura apresenta, por outro lado o padrão foi diferente para PDT e PSDB. Além disso, os dados revelaram que os dois tipos de elite possuíam um percentual elevado de homens, escolarizados, com idade entre 45 a 59, e naturais do próprio Estado. Os achados da pesquisa indicam que alguns partidos políticos possuem perfis nítidos e se diferenciam de acordo com o espectro ideológico, no Mato Grosso do Sul.

**Palavras chaves:** a) Partidos Políticos, b) Elites Políticas, c) Comissão Executiva

## ABSTRACT

The dissertation examines the relationship between political parties and the recruitment of its members. This relationship is analyzed in State Executive Committees of the PMDB, in Mato Grosso do Sul, between the years 1980-2010, and among state legislators, federal and elected senators, between the years 1978 to 2010. The data are compared to those of members the State Executive Committees of the parties that occupy different places on the ideological spectrum in the center: PSDB; on the right: PP, PTB and DEM, and on the left: PT and PDT. The goal is to profile these two elites: the party elite: understood as members of the Executive Committees and the parliamentary: understood as the aforementioned legislators. For the research was made a prosopography that in addition to the social origin variable, included the following variables: gender, education, geographic origin and entry age in the office, from sources such as the Brazilian Dictionary Biographical History (DHBB), the Superior Electoral Court (TSE), and websites. The hypothesis was that there would be a relationship between the location of political parties on the ideological spectrum and the recruitment of its leaders and parliamentarians. It was hoped that centrist parties - such as the PMDB - recruit their members among the "middle class", these understood as the professionals: lawyers, doctors, engineers. According to literature, the left parties have a greater presence of teachers and manual workers, and right-wing parties would stand out by the greater presence of entrepreneurs and senior executives, for example. The results confirmed in part the hypothesis. Parties like the PT, PMDB and DEM recruited its members among the occupational segments that literature has, on the other hand the pattern was different for PDT and PSDB. In addition, the data revealed that the two types of elite had a high percentage of men, educated, aged 45 to 59 years, and from within the state itself. . The research findings indicate that some political parties have clear profiles and differentiate according to the ideological spectrum, in Mato Grosso do Sul.

Keywords: a) Political Parties, b) Political Elites, c) Executive Committee



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de cadeiras conquistadas por PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM na representação estadual e federal do Mato Grosso do Sul (1978-2010).....	28
Tabela 2- As Executivas Estaduais do PMDB no Mato Grosso do Sul (1980-2012).....	48
Tabela 3 - Número de homens e mulheres nas Executivas do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM (%).....	55
Tabela 4- Escolaridade dos membros da Executiva do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM (%).....	58
Tabela 5 - Ocupação dos dirigentes partidários por bloco ideológico (%).....	60
Tabela 6 – Ocupação dos dirigentes partidários PT, PDT, PSDB, PMDB, DEM, PP e PTB (%).....	62
Tabela 7 - Origem Geográfica dos dirigentes partidários do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM (%).....	65
Tabela 8 - Idade de Entrada no Cargo dos dirigentes partidários (%).....	66
Tabela 9- Idade de entrada no Cargo: PT, PDT, PSDB, PMDB, DEM, PP e PTB (%).....	67
Tabela 10- Ocupação dos Deputados e Senadores por bloco ideológico.....	78
Tabela 11- Origem social dos Parlamentares do Mato Grosso do Sul por partido político (1978-2010) (%).....	79
Tabela 12- Idade de entrada no cargo dos deputados estaduais, federais e senadores (%).....	83

Tabela 13- Idade de entrada no cargo dos parlamentares do Mato Grosso do Sul (1978-2010) (%).....83

Tabela 14- Origem social da elite parlamentar e partidária do Mato Grosso do Sul (%).....87

Tabela 15- Idade de Entrada no cargos dos membros da executiva e parlamentares (%).....88

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A Formação das Executivas dos sete maiores partidos.....	32
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atribuições estatutárias dos dirigentes partidários do PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM.....45

Quadro 2 - Número de cargos e ano de eleição das Executivas do PT, PDT, PSDB, PTB, DEM e PP do Mato Grosso do Sul (2005-2013).....52

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Participação de homens e mulheres nas Executivas por bloco ideológico (%).....	54
Gráfico 2 - Escolaridade dos membros das Executivas Estaduais por bloco ideológico (%).....	57
Gráfico 3 - Origem Geográfica dos Dirigentes Partidários do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM.....	64
Gráfico 4- Número de deputados estaduais eleitos por bloco ideológico na ALMS (1978-2010).....	71
Gráfico 5- Deputados Federais e Senadores eleitos no Mato Grosso do Sul (1978-2010).....	72
Gráfico 6 – Homens e mulheres eleitos no Mato Grosso do Sul (1978-2010) (%).....	73
Gráfico 7- Número de Homens e mulheres por bloco ideológico (%).....	75
Gráfico 8- Escolaridade dos deputados estaduais, federais e senadores do MS (1978-2010).....	76
Gráfico 9 - Escolaridade dos deputados estaduais, federais e senadores do MS (1978-2010) por bloco ideológico (%).....	77
Gráfico 10- Origem geográfica dos parlamentares do Mato Grosso do Sul (1978-2010).....	81
Gráfico 11-Origem Geográfica dos parlamentares por bloco ideológico (%).....	82
Gráfico 12- Número de Homens e Mulheres nas Executivas e entre os parlamentares do Mato Grosso do Sul. (%).....	85

Gráfico 13- Escolaridade da Elite Partidária e Parlamentar do Mato Grosso do Sul (%).....86

Gráfico 14- Origem geográfica dos Parlamentares e dirigentes partidários (%).....88

## LISTA DE ABREVIATURAS

ALMS/ Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

Arena-Aliança Renovadora Nacional

CE/ Comissão Executiva

DEM- Democratas

MDB-Movimento Democrático Brasileiro

MS-Mato Grosso do Sul

PAN- Partido dos Aposentados da Nação

PC do B-Partido Comunista do Brasil

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PDS-Partido Democrático Social

PDT-Partido Democrático Trabalhista

PFL- Partido da Frente Liberal

PL- Partido Liberal

PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN-Partido da Mobilização Nacional

PPB-Partido Progressista Brasileiro

PP-Partido Progressista

PPR-Partido Progressista Renovador

PPS- Partido Popular Socialista

PRN-Partido da Reconstrução Nacional

PRP-Partido Republicano Progressista

PRTB- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrata

PSDB-Partido da Social Democracia Brasileira

PSL-Partido Social Liberal

PST-Partido Social Trabalhista

PT do B- Partido Trabalhista do Brasil

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	4
<b>ABSTRACT</b> .....	7
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	8
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	10
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	11
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	12
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	14
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2. O PMDB: CARACTERÍSTICAS GERAIS E A COMISSÃO EXECUTIVA</b> .....	24
2.1 O PMDB: O PARTIDO E SUA LOCALIZAÇÃO NO ESPECTRO IDEOLÓGICO.....	24
2.2 A COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL COMO COALIZÃO DOMINANTE .....	28
2.3 OS ESTATUTOS E AS EXECUTIVAS .....	30
2.3.1 COMO SE ESCOLHEM AS EXECUTIVAS DO PT, PDT, PMDB, PSDB, DEM, PTB E PP .....	31
2.3.2 QUEM FAZ PARTE DA COMISSÃO EXECUTIVA.....	33
2.3.3 AS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS .....	37
2.3.4 OS PRESIDENTES DOS PARTIDOS.....	37
2.3.5 SECRETÁRIOS GERAIS E TESOUREIROS .....	40
2.4 OS PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE.....	46
<b>3. A ELITE PARTIDÁRIA: ORIGEM SOCIAL DOS DIRIGENTES DO PMDB</b> .....	47
3.1 AS CARACTERÍSTICAS DAS EXECUTIVAS E A SUA OLIGARQUIZAÇÃO.....	47
3.2 A IMPORTÂNCIA DA EXECUTIVA NA CARREIRA POLÍTICA DOS MEMBROS .....	50
3.3 AS EXECUTIVAS DOS SETE MAIORES PARTIDOS DO MATO GROSSO DO SUL .....	51
3.4 A PARTICIPAÇÃO FEMININA E A ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES .....	54
3.4.1 ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS .....	56
3.4.2 ORIGEM SOCIAL DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NO MATO GROSSO DO SUL .....	58
3.4.3 ORIGEM GEOGRÁFICA DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS.....	64
3.4.4 IDADE DE ENTRADA NO CARGO .....	66
3.5 OS DIRIGENTES DOS PRINCIPAIS PARTIDOS DO MATO GROSSO DO SUL .....	68



<b>4. A ELITE PARLAMENTAR DO PARTIDO: ORIGEM SOCIAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, FEDERAIS E SENADORES</b> .....	70
4.1 A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MATO GROSSO DO SUL E A REPRESENTAÇÃO DO ESTADO NO CONGRESSO NACIONAL.....	70
4.2 GÊNERO DOS DEPUTADOS E SENADORES .....	73
4.2.1 ESCOLARIDADE DA CLASSE POLÍTICA.....	75
4.2.2 OCUPAÇÃO DOS PARLAMENTARES .....	77
4.2.3 ORIGEM GEOGRÁFICA DOS PARLAMENTARES.....	80
4.2.4 IDADE DE ENTRADA NO CARGO .....	82
4.3 OS DOIS TIPOS DE ELITE: A ELITE PARLAMENTAR E A ELITE PARTIDÁRIA .....	84
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	93

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o clássico trabalho de Michels (1982), a existência de uma elite que controla os partidos políticos passou a ser vista como uma hipótese a ser testada ou lei inevitável do desenvolvimento das organizações partidárias. A formação dessa elite foi vista como um processo histórico por outro autor referência da análise dos partidos políticos, Duverger (1980).

Sobre as elites partidárias, Duverger (1980, p.188) afirmava que: “A direção dos partidos tende naturalmente a assumir uma forma oligárquica. Uma verdadeira “classe de chefes” ali se constitui, uma casta mais ou menos fechada, um “círculo interior” de difícil acesso”. Ao menos duas questões emergem dessa constatação. Primeiro, como acontece esse processo<sup>1</sup>; e segundo, quem são esses que chegam ao círculo de difícil acesso. É nesse último aspecto que a pesquisa se insere.

A questão central que permeou a pesquisa foi saber o que é preciso para ser um dirigente partidário. Isto é, qual é o perfil de uma elite partidária específica? O problema de pesquisa é abordado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em uma unidade da federação pouco explorada pelos estudos de Ciência Política: o Mato Grosso do Sul.

A questão sobre quem foram e quem são os dirigentes partidários do PMDB no Mato Grosso do Sul se insere na problemática mais ampla relativa ao recrutamento, debate constante nos estudos de elites políticas. Os estudos sobre recrutamento político podem assumir, como ponto de partida, tanto a análise da seleção de candidatos no interior dos partidos Rahat & Hazan, (2001), quanto observar as características dos eleitos e tentar entender, a partir do perfil destes, as lógicas do recrutamento, como já apontaram Rodrigues (2002, 2006), Fleischer (1981), entre tantos outros. Em linhas gerais, esses estudos revelam o link que existe entre a sociedade e a política, como ressaltado por Czudnowski (1975).

---

<sup>1</sup> Em relação ao processo de constituição das elites partidárias, as explicações se pautam em argumentos diversos, como a influência do meio externo sobre a organização (PANEBIANCO, 2005) e a incapacidade de se tomar decisões rápidas dentro de uma organização numerosa (MICHELS, 1981). Uma possível forma de mensurar empiricamente esse processo foi proposto por Schonfeld (1980).

O recrutamento político, nos termos de Czudnowski (1975), pode ser entendido como um processo que seleciona aqueles grupos ou indivíduos que participarão da política, e pode ter início até mesmo na infância. Aceitando essa definição, os problemas lógicos e empíricos decorrentes são: aonde começa o processo e quais dados acessar para observar o fenômeno.

Nesse sentido, uma forma possível de tratar o recrutamento é analisar os grupos ou os indivíduos que constituem o objeto da investigação, a partir da última ocupação social/profissão desempenhada antes da entrada na política (GAXIE, 2012; RODRIGUES, 2002 e 2006). Esse ponto de partida serve para se ter uma noção de qual era o status social e econômico do pessoal político antes da entrada na vida política.

Observando, então, as características dos eleitos, uma série de estudos foram realizados sobre a classe política de vários países, como os trabalhos de Gaxie (2012) e Best (2007); no Brasil, são exemplos as pesquisas de Fleischer (1981), Rodrigues (2002 e 2006), Codato & Costa (2013), Marengo dos Santos (1997), Marengo dos Santos & Serna (2007), Santos (2003), entre muitos outros.

Assumindo como critério de análise esse ponto do recrutamento, os trabalhos destinados à compreensão dos que “chegaram lá” esbarram no problema de deixar de lado, durante a análise, os que não conseguiram passar pelos filtros que operam esse processo<sup>2</sup> Norris (1997). Nesse caso, uma possível saída é observar o processo de recrutamento no interior dos partidos e analisar quais seriam os mecanismos que operam essa seleção de candidatos, uma vez que os partidos políticos teriam por função a seleção do pessoal político que constituirá a classe política.

A pesquisa direcionada para o processo de seleção de candidatos conta com uma série de estudos, como Rahat e Hazan (2001) a nível internacional e, no Brasil, ainda que recentemente, os textos de Braga e Bolognesi (2013), Perissinotto e Bolognesi (2009), Bolognesi (2013), Miríade, Braga e Veiga (2009), e Braga e Amaral (2013), entre outros. A escolha em iniciar a análise por essa perspectiva difere

---

<sup>2</sup>Uma observação nesse sentido pode ser encontrada em Perissinotto e Miríade (2009). De acordo com os autores: “não é suficiente apresentar um perfil dos vitoriosos e, a partir das suas características, produzir inferências sobre que grupos sociais são prejudicados ou privilegiados no longo caminho até as posições de elite.” (Perissinotto & Miríade, 2009, p. 302)

empiricamente dos dados que são mobilizados dos estudos sobre os que “chegaram lá”.

Assim sendo, grosso modo existem ao menos dois pontos de partida para os estudos sobre recrutamento político. Enquanto no primeiro caso tem-se uma definição das características sociais dos eleitos, buscando observar diferenças entre partidos Rodrigues (2002) ou mesmo entre as carreiras do pessoal político Marengo Do Santos & Serna (2007), no segundo caso a pesquisa se volta para as normas que determinam o processo de escolha de candidatos, os estatutos partidários, as listas de candidatos e mesmo entrevistas com dirigentes partidários.

Na presente pesquisa, o critério sob o qual a investigação se estruturou foi a análise do recrutamento político a partir do perfil dos que “chegaram lá” na Comissão Executiva Estadual do PMDB, ou seja, no comando da agremiação.

Note-se que a literatura sobre elites tem dado destaque ao estudo das elites parlamentares, em especial à Câmara Federal, no caso do Brasil: Marengo dos Santos (1997), Rodrigues (2002, 2006), Santos (2002) e também no Senado Federal Codato & Costa (2013).

No caso dos partidos políticos, alguns poucos estudos tiveram como foco o perfil dos dirigentes partidários. Mesmo assim, ainda é possível apontar alguns trabalhos em que o perfil social das elites partidárias é abordado. São exemplos disso pesquisas como as de Silva (2013) e Rodrigues (1989).

A literatura sobre elites políticas produziu no país poucos avanços sobre o perfil dos dirigentes partidários. No mesmo sentido, a literatura sobre os partidos políticos também não se dedicou ao entendimento das origens sociais dos dirigentes das organizações partidárias<sup>3</sup>.

Esta pesquisa busca unir os dois tipos de elite: as partidárias, entendidas como os membros da Comissão Executiva Estadual; e as parlamentares, que são os deputados estaduais, federais e senadores eleitos pelo partido no Estado do Mato Grosso do Sul.

---

<sup>3</sup> Embora nos vários estudos sobre os partidos políticos brasileiros, em alguns casos o perfil dos dirigentes pode ser encontrado de forma secundária.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi selecionado pela sua importância dentro do próprio sistema de partidos do Estado. Trata-se de uma das legendas mais antigas do sistema partidário brasileiro e, apesar da sua origem relativa aos tempos do regime militar, poucos foram os estudos que se dedicaram ao conhecimento da sua formação e funcionamento. As investigações pioneiras foram os doutoramentos de Kinzo (1988), de Menhelm (1998) e também Ferreira (2002). Desses trabalhos, apenas Menhelm (1998) buscou analisar a sua formação em uma subunidade específica, no caso São Paulo.

A literatura tem destacado o papel do federalismo brasileiro sobre os mais diversos aspectos na política nacional Arretche (1999), Abrúcio & Samuels (1997), Bohn e Paiva (2009). No caso específico dos partidos políticos esse é um fator relevante, uma vez que as agremiações podem assumir formas diversas, influenciadas pelo contexto e mesmo pela legislação eleitoral que os obriga a se organizarem em todo o território nacional. Nesse sentido são fundamentais análises que tenham como objeto de estudo as subunidades da federação. No PMDB, esse fator parece ser mais relevante ainda, pela importância das clivagens regionais no seu interior. Por exemplo, no estudo citado de Ferreira (2002), ela apresenta sobre a estrutura peemedebista:

É interessante observar que, muito provavelmente, em virtude de as lideranças regionais serem uma marca fundamental do partido, como reconhecem os seus líderes, a comunicação entre os níveis nacional e regional seja quase inexistente. Enfim, a descentralização e a coexistência dos vários PMDBs compõem as tônicas da dinâmica interna do partido Ferreira (2002, p.206)

Se existem vários PMDBs ou não, essa não é a questão do presente trabalho, mas a pesquisa revela aspectos fundamentais do *background* dos peemedebistas no Mato Grosso do Sul.

O Mato Grosso do Sul foi escolhido em primeiro lugar por ser um estado em que não existem análises sobre a agremiação e em segundo pela importância da legenda dentro dessa subunidade da federação. O PMDB teve sempre uma força eleitoral significativa, elegeu cinco dos oito governadores, além de ter sempre conquistado inúmeras prefeituras, deputados estaduais, federais e senadores.

A hipótese que orientou a pesquisa foi formulada e aplicada em outro contexto por Rodrigues (2002). O autor, ao estudar o perfil social dos deputados federais, havia proposto que os seis principais partidos políticos brasileiros teriam bancadas socialmente diferenciadas. Influenciado por Panebianco (2005), ele propõe o conceito de composição social dominante.

Rodrigues (2002) selecionou os partidos analisados na sua pesquisa por dois critérios: número mínimo de 5% de eleitos na Câmara Federal e perfil programático ideológico nítido. A partir disso foram escolhidos: PT, PDT, PMDB, PSDB, PPB e PFL. As bancadas desses partidos poderiam indicar, na esquerda, uma presença de profissões médias e baixas, em especial professores; na direita, grandes empresários ou administradores; e no centro, profissionais liberais e também empresários. É importante destacar que os partidos não seriam totalmente homogêneos, mas sim teriam a maior presença de algum desses setores, sem com isso excluir os demais<sup>4</sup>.

Utilizando essa hipótese em um conjunto de dados diferente, o presente estudo, a partir de uma prosopografia, nos termos de Stone (2011), traça o perfil dos membros da Executiva do PMDB e também dos parlamentares eleitos pelo partido no Estado, buscando identificar além da ocupação social dominante as variáveis: I) gênero; II) escolaridade; III) origem geográfica; IV) idade de entrada no cargo.

Ao todo, os dois tipos de elite foram formados por 283 indivíduos que ocuparam: 210 cargos de deputados estaduais, 70 deputados federais, 15 cadeiras no Senado, e 325 cargos nas Executivas Estaduais dos seis principais partidos do Mato Grosso do Sul.

Em relação às elites partidárias, entraram na análise 13 executivas eleitas pelo PMDB, entre os anos de 1980 a 2012. Além desse período e partido, fazem parte da pesquisa os dirigentes partidários do PT, PDT, PSDB, PP, PTB e DEM. Embora em um período menor, de 2005 a 2013, os dados dessas agremiações serviram para comparação com os dos peemedebistas.

Em relação às elites parlamentares, o estudo abrange todas as eleições realizadas até o ano de 2010, constituindo nove pleitos, em que as bancadas do

---

<sup>4</sup> Percebe-se pela seleção das variáveis: localização no espectro ideológico e origem social, que a proposta do autor se assemelha mais a uma Sociologia Política, como ele bem o lembra Rodrigues (2002, p.13). Proposta semelhante a clássica divisão de Sartori (1972), nas quais variáveis políticas e sociais devem ser levadas em conta na análise.

partido serão analisadas em comparação com as dos demais partidos políticos que elegeram deputados estaduais, federais e senadores.

As fontes acessadas para a realização do trabalho foram múltiplas. Os dados foram coletados primeiramente no próprio partido e depois no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), assim como no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nessas três fontes, foram coletado os nomes dos dirigentes partidários; no PMDB recorremos ao próprio partido e ao TRE-MS, e no caso das demais legendas a fonte foi o TSE.

Em relação aos dados biográficos, a coleta foi feita no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) e também nas biografias da Câmara Federal. No caso dos deputados estaduais e alguns membros da Executiva que tiveram cargos políticos, as informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) integraram as fontes do trabalho. No caso dos candidatos que já faleceram e que haviam sido deputados estaduais, as notas biográficas publicadas em jornais foram a saída para encontrar essas informações.

Uma última fonte de dados biográficos foram as matérias de jornais em que se trata das biografias dos deputados, além do perfil do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), fato que só foi possível porque alguns deputados fizeram parte do órgão após a saída do cargo.

Por fim, uma outra fonte de consulta foram os estatutos dos partidos políticos estudados. Não se buscou um estudo comparado entre os partidos, nem mesmo sobre as evoluções das regras partidárias como o faz Ribeiro (2013). O estudo se limitou à consulta dos últimos documentos aprovados pelas legendas.

A partir desse conjunto de dados, a hipótese foi testada e é apresentada no trabalho em três capítulos. No primeiro, apresentamos quais são os pressupostos da pesquisa, além de destacar que as Executivas Estaduais são entendidas como a coalizão dominante do partido, nos termos de Panebianco (2005), apresentamos brevemente como o PMDB é tratado na literatura da área e também revelando aspectos sobre a formação das Executivas. Mediante análise dos estatutos, mostra-se como se formam as Executivas, as funções de alguns dos cargos-chave do partido e das demais legendas estudadas na pesquisa.

O segundo capítulo revela aspectos sobre quando foram realizadas as eleições das Executivas do PMDB e também apresenta os dados sobre as taxas de renovação da instância. Além disso, indicamos os resultados da pesquisa sobre a composição social dominante das Executivas do PMDB e das demais legendas estudadas.

Por último, o terceiro capítulo replica a hipótese de Rodrigues (2002), nos dados dos deputados estaduais, federais e senadores do PMDB. Além disso, retomamos os achados sobre a composição social dominante dos dirigentes partidários com os dados dos parlamentares.



## 2. O PMDB: CARACTERÍSTICAS GERAIS E A COMISSÃO EXECUTIVA

Um dos partidos políticos mais relevantes do sistema partidário nacional, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é uma das agremiações mais antigas do país e, como era de se esperar, foi tema de inúmeros trabalhos e pesquisas, quanto aos mais diversos aspectos. O objetivo deste capítulo é retomar algumas das ideias presentes na produção da área sobre essa legenda, com o intuito de apresentar os pressupostos que guiam a presente pesquisa.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira serão apresentados os aspectos que são destacados nos estudos sobre o PMDB, em especial a noção de partido político que se tem na análise e a localização que se faz dele no espectro ideológico.

Na sequência é apresentada a Comissão Executiva Estadual: de que maneira ela será analisada na pesquisa, como é formada, quantos membros a integram e quais as atribuições desses indivíduos, por meio da análise dos estatutos do PMDB e também dos demais partidos que integram a pesquisa, sendo eles: PT, PDT, PSDB, PP, PTB e DEM. Por último, retoma-se as ideias centrais abordadas ao longo do capítulo.

### 2.1 O PMDB: O PARTIDO E SUA LOCALIZAÇÃO NO ESPECTRO IDEOLÓGICO

Desde o retorno ao multipartidarismo, iniciado em 1979, com a lei que botou fim às “mudanças casuísticas” que vinham sendo implantadas pelos militares Fleischer (1994), o país conheceu o surgimento de vários partidos políticos: PT, PDT, PFL, PSDB, entre tantos outros<sup>5</sup>. No entanto, esse não é o caso do PMDB, legenda que herda do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) parte considerável das suas lideranças, além da estrutura que havia sido conquistada pela antiga oposição ao regime militar.

Os estudos sobre a legenda podem ser divididos *grosso modo* em três tipos<sup>6</sup>: I) trabalhos com foco no desempenho eleitoral, II) na organização partidária e III)

---

<sup>5</sup> Quanto ao surgimento de novos partidos, Nicolau (1996, p.17) lembra que: “até o fim de 1995, entre os deferidos e indeferidos, foram mais de 200 os pedidos de registro de partidos”.

<sup>6</sup> Um outro conjunto de textos são os livros sobre a memória do partido. Textos que combinam relatos históricos, dados sobre eleição, etc. São exemplos disso: Delgado (2006), e no Mato Grosso do Sul

trabalhos em que o partido aparece em comparação com as demais legendas do sistema partidário nacional, sobre diversos aspectos.

Em relação aos trabalhos sobre desempenho eleitoral<sup>7</sup>, pode-se destacar o trabalho de Lamoniour (1978) e, no caso dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o trabalho de Neves (2001). Esses textos, em linhas gerais, observavam a evolução da votação do MDB, que variou ao longo dos anos, atingindo o seu ápice em 1974, fato que sinalizava para o descontentamento com o regime militar, embora no Estado do Mato Grosso a Arena tenha sido um partido com resultados eleitorais superiores ao do MDB, como mostra Neves (2001).

Sobre a organização partidária, dentre os trabalhos que se dedicaram ao entendimento da organização, merecem destaque as análises já consideradas referências: os doutoramentos de Kinzo (1988), Menhelm (1998) e Ferreira (2002).

Cronologicamente, Kinzo (1988) foi a primeira autora a analisar o surgimento e a organização do partido, além da sua atuação ao longo do regime militar. Menhelm (1998) segue os passos da autora e analisa a legenda em nível estadual, analisando o Estado de São Paulo, em um período diferente daquela autora. Já Ferreira (2002) buscou comparar o PMDB com o PFL, destacando que o PMDB possui uma estrutura menos centralizada em relação à do atual Democratas (DEM).

Desses trabalhos, cabe ressaltar a noção de partido político que os estrutura. A concepção de partido político que emerge, ao menos nos trabalhos das duas primeiras autoras, Kinzo e Menhelm, foi formulada por Sartori (1982). Esse destaca que: “Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos<sup>8</sup>”. (Sartori, 1982, p.85). A definição reflete, em grande medida, o próprio contexto de criação do partido que, por ter surgido durante o regime militar, mantinha ao menos a função de apresentar candidatos em eleições.

---

Silva & Oliveira (2006). Existem várias outras publicações escritas em geral por ex-militantes do MDB e também por políticos que fizeram parte das fileiras do partido.

<sup>7</sup> Existem alguns outros trabalhos que, focando exclusivamente o PMDB, também abordam o tema do desempenho eleitoral. São exemplos dessas abordagens: Sá (2011), Melo (2011), Oliveira (2012), entre outros.

<sup>8</sup> A noção de partido utilizada por Sartori (1982) é semelhante a de Panebianco (2005, p.11), “partidos - como qualquer outra organização - se distinguem pelo *ambiente* específico no qual desenvolvem uma *atividade* específica. Quaisquer que sejam as outras possíveis arenas em comum com outras organizações, somente os partidos atuam na arena eleitoral”.

Existe um vasto debate em torno das concepções teóricas relacionadas à definição de um conceito de partido político e mesmo quanto às suas funções. A literatura é extensa, começando geralmente no surgimento dos partidos modernos com Ostrogorski, passando pelo surgimento dos partidos de quadros e massas de Duverger (1980), indo até a sua transformação em “partido pega tudo” de Kirchheimer (2012) e finalizando, geralmente, na cartelização das legendas com Katz e Mair (1994).

O objetivo do trabalho não é esgotar todas as definições de partido existentes na literatura e, por essa razão, o debate em torno das nuances conceituais não será o foco do texto. Dessas várias noções, opta-se pela proposta de Panebianco (2005), pois é dela que se retira a noção de coalizão dominante, conceito que se utilizará na definição das Comissões Executivas Estaduais.

Ainda é possível identificar um conjunto de estudos, nos quais o PMDB aparece em comparação com outras legendas, sobre diversos aspectos: desempenho eleitoral, votação no Congresso Nacional, entre outras. Desses estudos, interessa a localização em que ele aparece no *continuum* esquerda x direita.

A discussão relativa ao que deve ser entendido como sendo esquerda ou direita gera controvérsias, tanto quanto à validade dos critérios e mesmo quanto à existência de tal divisão. Em todo caso, a proposta não será retomar as origens de tais definições. A discussão servirá como base para definir o PMDB nesse *continuum* esquerda x direita. Dessa forma, a localização da legenda no espectro ideológico aqui utilizada será a mesma dos trabalhos de Melo (2007), Rodrigues (2002, 2006), Madeira e Tarouco (2013), além de Zuco (2009).

Recentemente, Madeira e Tarouco (2013), ao revisarem o debate sobre direita e esquerda nos partidos políticos brasileiros, concluíram que a legenda é classificada como sendo um partido de centro<sup>9</sup>. O reconhecimento do PMDB como uma legenda de centro foi confirmada por Zuco (2009, p. 16), que afirma “o centro é ocupado pelo PMDB, em companhia do PPS e do PSDB”, em uma análise sobre a representação que os deputados federais têm de si e dos outros parlamentares.

---

<sup>9</sup> Os autores relembram que a polarização era baseada no entendimento de que a esquerda teria uma maior predisposição a aceitar a intervenção do Estado na economia, e a direita menos. O centro estaria no meio termo entre essas duas posições.

No mesmo sentido, Figueiredo e Limongi (1999), analisando a votação do partido na Câmara Federal, apontam para essa localização no centro do espectro ideológico, que também é utilizada por Melo (2007) e por Rodrigues (2002, 2006). A definição deste último autor é a que orienta a presente análise. Ao apresentar quais seriam as fontes sociais do recrutamento dos partidos políticos, o autor define que:

Mais concretamente: os partidos de direita tenderiam a recrutar seus membros principalmente (ainda que não de modo exclusivo) entre proprietários, homens de negócio, executivos, administradores de empresas e altos funcionários da administração pública; os de esquerda tenderiam a recrutar, em maior proporção, assalariados de classe média, membros das profissões intelectuais de renda mais baixa, professores do setor público, pequenos funcionários e ex-dirigentes sindicais; e os partidos de centro teriam uma distribuição profissional e ocupacional mais heterogênea, profissional e socialmente, com maior proporção de professores, profissionais liberais, membros das profissões intelectuais modernas ao lado de empresários, de executivos e diretores de empresas, de proprietários urbanos e rurais, mas sem a existência de parcela significativa de representantes vindos das classes médias baixas e populares. (Rodrigues, 2002, p. 40)

Com a classificação do autor, busca-se observar, então, qual foi o setor dominante no comando do partido e entre os parlamentares eleitos pela legenda no MS. Dessa forma, é o recrutamento político que serve como definição para as noções de esquerda, centro e direita, embora os citados textos anteriores concordem com a classificação do PMDB como uma sigla situada ao centro.

Além do PMDB, serão analisadas as executivas do PT, PDT, PSDB, DEM, PTB e PP, embora em um recorte temporal menor. Com exceção do PSDB, que ocupa em conjunto com o PMDB o centro do espectro ideológico, tais partidos foram selecionados por estarem em locais distintos deste espectro e por serem as principais legendas com representação no estado.

O PDT e o PT são dois dos principais partidos considerados de esquerda. Já à direita no espectro ideológico estão os partidos que, de acordo com Meneguello, Power & Mainwaring (2000), constituem os menos estudados na Ciência Política brasileira, sendo selecionados o DEM, PP e PTB.

A tabela abaixo destaca a representação dos sete partidos selecionados para a pesquisa. Os dados mostram os resultados para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS) e também o número de cadeiras de deputado federal e senador, de todo o período do estado:

Tabela 1- Número de cadeiras conquistadas pelo PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM na representação estadual e federal do Mato Grosso do Sul (1978-2010)

	1978	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB, DEM	9	17	33	24	33	29	24	26	25
Outros partidos	18	16	1	9	1	4	10	7	9
Total:	27	33	34	33	34	33	34	33	34

Fonte: O autor.

Os resultados eleitorais ressaltam a importância da seleção dos sete partidos investigados. Depois das primeiras eleições de 1978 e 1982, datas nas quais as sete principais agremiações ainda estavam se organizando, elas passam a conquistar em conjunto ao menos 60% da representação no estado.

Assim, além de estarem localizados em pontos distintos do espectro ideológico, elas possuíram uma representação expressiva nos pleitos mais importantes do estado<sup>10</sup>, o que ressalta a importância de tais agremiações nas disputas eleitorais.

## 2.2 A COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL COMO COALIZÃO DOMINANTE

No início do capítulo, apresentamos a concepção de definição de partido político utilizada no trabalho como a formulada por Panebianco (2005) e é da mesma obra que a noção de coalizão dominante é retirada. Tal conceito mantém relação com a visão do autor sobre os partidos políticos, que são entendidos como organizações que atuam em várias arenas e, durante as relações com o ambiente externo, buscam se adaptar/transformar o ambiente, sendo que, nesse processo, o domínio de zonas de incerteza é fundamental para as organizações partidárias.

As zonas de incerteza são entendidas como pontos-chave que as organizações mantêm com o ambiente externo; elas significam para o autor o “âmbito de imprevisibilidade organizativa<sup>11</sup>” (PANEBIANCO, 2005, p.65). Essas se constituem

<sup>10</sup> Todos os governadores eleitos no Mato Grosso do Sul vieram dessas legendas.

<sup>11</sup>O autor ainda continua: “A sobrevivência e o funcionamento de uma organização dependem de uma série de prestações: a possibilidade de que uma prestação vital seja negada, que ocorram defecções,

em ao menos seis, sendo elas: a) competência (o conhecimento adquirido da prática no interior no partido), b) relações com o ambiente, c) a comunicação, d) regras formais, e) financiamentos e f) recrutamento.

As seis zonas de incerteza não são dominadas de igual maneira pelos membros, simpatizantes, filiados e dirigentes dos partidos políticos, pois é inerente às organizações a divisão do trabalho e, sendo os partidos organizações hierárquicas, alguns grupos controlam e detêm mais recursos do que outros. Os membros que ocupam o papel central nesse controle das zonas de incerteza são para o autor a coalizão dominante, que é definida como:

A coalizão dominante de um partido é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido (PANEBIANCO, 2005, p. 74)

Das organizações partidárias que fazem parte da investigação, Guarnieri (2010), em uma pesquisa com os mesmos partidos, subdividiu os órgãos partidários em seis, sendo eles: I) Órgãos de deliberação; II) Órgãos de direção e ação partidária; III) Órgãos de ação Parlamentar; IV) Órgãos auxiliares; V) Órgão de pesquisa, doutrinação e educação política; VI) Órgãos de cooperação. Sobre esses órgãos, o autor ressalta que:

Os órgãos mais relevantes com relação a formulação de estratégias na arena eleitoral são os de deliberação e direção partidária. Pode-se dizer que a vida partidária se resume à disputa pelo controle destas instâncias, as demais são de menor importância” (Guarnieri, 2010, p.45)

As Comissões Executivas Estaduais estariam no segundo grupo, os mais disputados dentro das organizações partidárias. Nesse sentido seria esse o grupo que formalmente controla a vida partidária e que pode ser entendido como uma *proxy* da coalizão dominante.

A definição de coalizão dominante aplicada à Executiva do Partido fica semelhante ao método posicional de Mills (1981), onde quem ao menos formalmente detém o poder no partido é quem domina as zonas de incerteza e, nesse caso, faz

---

interrupções em atividades fundamentais, define uma situação de incerteza para a organização (PANEBIANCO, 2005, p. 65). E ele termina afirmando que: “Aquele ou aqueles que controlam tais zonas de incerteza, aqueles dos quais depende o exercício dessas prestações, dispõem de um *atout*, de um recurso a ser usado nos jogos de poder internos” (Idem)

parte da Executiva. O problema de tal aplicação do conceito pode ser traduzido nas afirmações de que políticos de renome do partido podem não fazer parte das instâncias de decisão. Seria o caso de algumas lideranças no PFL conforme Ferreira (2002) e, no PT, o caso de Tarso Genro Lucas (2003), que não havia participado da Executiva do partido até o momento do estudo do autor.

O problema de tal aplicação conceitual da Executiva como coalizão dominante pode ser traduzido novamente em termos elitistas. As conhecidas críticas que Dahl (1970) apresentava a Mills (1981) são as mesmas para os partidos políticos e, no caso dos partidos, tais críticas podem assumir contornos mais amplos à medida que uma organização partidária atua em várias áreas, como por exemplo no parlamento, no governo, em alguma medida na sociedade, etc. Com isso é possível entender que a Executiva de fato “não manda” e podem existir relações de poder que escapam ao controle dos dirigentes do partido, ou ainda, o poder de fato pode estar concentrado nas mãos do diretório, como apresenta Ribeiro (2013) sobre o PMDB. Em todo caso, buscar analisar os processos decisórios no interior da legenda e observar quem de fato “manda” não são objetivos do presente trabalho.

Por outro lado, em defesa da aplicação de tal método posicional, Lucas (2003), analisando a importância do Diretório Regional (DR) e Comissão Executiva (CE), relembra que “são os membros do DR e da CE que, em último caso, ratificam ou não as decisões em âmbito regional, mesmo as tomadas em outros níveis do partido: sejam oficiais ou os extraoficiais”. (Lucas, 2003, p.80). O que reforça a importância das executivas e órgãos formais do partido.

Ainda no sentido de destacar a importância da Executiva, no PMDB merece destaque o fato de que a sua liderança mais conhecida, Ulysses Guimarães, ficou quase 20 anos no comando do partido, como apontado por Guarnieri (2010), fato que não é nada anormal nos partidos políticos nacionais. Guarnieri (2010) lembra que: no caso do PT, Lula ficou 15 anos na presidência; no PDT, Brizola ficou quase 20 anos; no PP, Paulo Maluf ficou à frente da legenda por cerca de 10 anos e, no PSDB, embora não se encontre a presença de apenas um líder no comando do partido, existe uma corrente no interior da agremiação que tem permanecido no poder.

### 2.3 OS ESTATUTOS E AS EXECUTIVAS

Definindo as Executivas Estaduais como a coalizão dominante e assim aproximando-se de uma definição mais próxima ao método posicional de Mills (1981), um passo importante para o entendimento de quais seriam as funções das instâncias e as atribuições dos seus membros é a análise dos estatutos.

Embora Panebianco (2005) desconfiasse do real papel das regras formais no interior dos partidos políticos, chegando ao ponto de afirmar que elas poderiam ser “pálidos vestígios<sup>12</sup>” da vida partidária, no nosso caso fica evidente que, além de determinar as atribuições de cada cargo, os documentos também revelam quem pode e quem não pode fazer parte da Executiva

Com o intuito de relacionar o conceito com as Executivas, busca-se apresentar três pontos a partir dos estatutos das legendas estudadas: a) Como são formadas as Executivas, b) Quem faz parte das Executivas, c) As atribuições estatutárias dos membros.

### 2.3.1 COMO SE ESCOLHEM AS EXECUTIVAS DO PT, PDT, PMDB, PSDB, DEM, PTB E PP

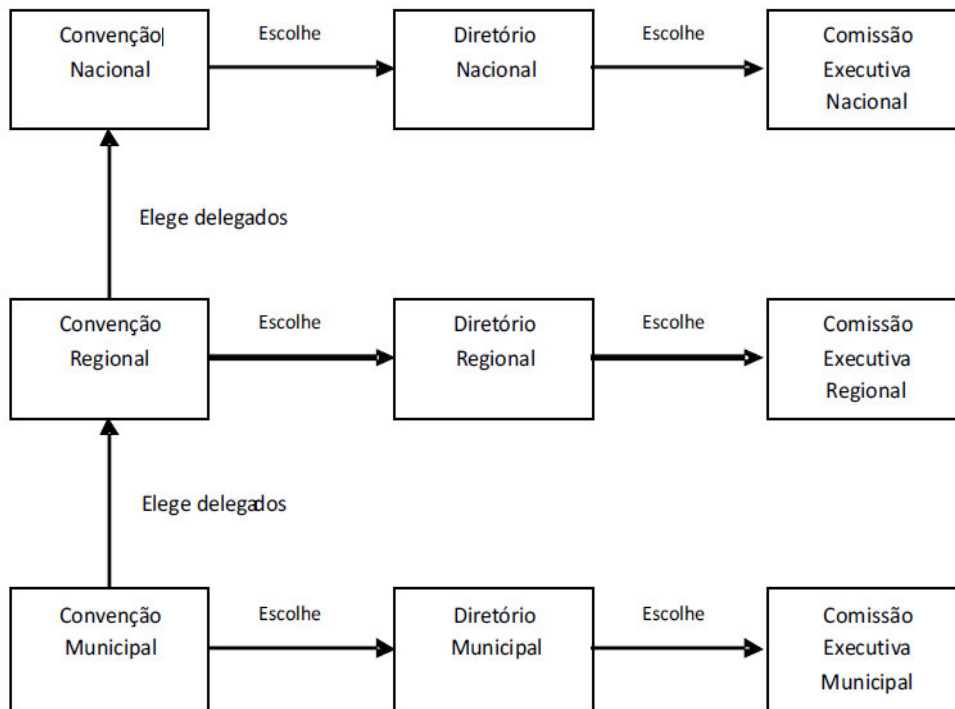
O já citado Guarnieri (2010), analisando a forma de escolha dos dirigentes partidários, sintetiza esse processo que mostra como o ponto de partida são sempre as convenções municipais, chegando até o topo da hierarquia que são as instâncias nacionais.

---

<sup>12</sup> No mesmo sentido, Freidenber & Levitsky (2007) afirmam serem os estatutos dos partidos da América Latina pouco relevantes na análise do funcionamento da vida partidária, pois existiria nesse caso relações mais informais permeando a vida das agremiações, relações essas que seriam mais determinantes que as regras formais.



**Figura 1:** A Formação das Executivas dos sete maiores partidos



Fonte: Guarnieri (2011)

O desenho acima ilustra o processo de formação das instâncias de todas as legendas, sendo que a única diferença entre os partidos é o caso do PT. Nesse partido o filiado vota diretamente na chapa, ao contrário dos demais em que o voto vai para um delegado e este define o diretório. Esse sistema é apresentado em Ribeiro (2008) mais detalhadamente.

O fluxograma descrito ressalta que a formação das instâncias partidárias começa “das bases” indo até o topo do partido: a Executiva Nacional<sup>13</sup>. Mesmo sendo eleitas pelas bases, as instâncias superiores têm o poder de interferir nas referidas organizações hierarquicamente inferiores, além de terem o poder até de dissolverem diretórios e executivas. Tal processo é apresentado por Guarnieri (2010, 2011) que, ao analisar a quantidade de comissões provisórias dos sete principais partidos, revela a importância de se controlar a Executiva pelas lideranças partidárias, uma vez que o

<sup>13</sup> No caso do PMDB, Ribeiro (2013) destaca como órgão máximo a nível nacional o Conselho Nacional.

controle desse órgão implica no controle também das convenções partidárias que constituem os órgãos-chave do partido.

O fato de os processos serem parecidos pode refletir a influência que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) tinha sobre as agremiações. Ao analisar a legislação, Ribeiro (2013) explica que apenas o “PT possuía uma regulamentação formal que diferia do desenho conformado pela legislação” (RIBEIRO, 2013, p.231).

Sobre a LOPP, Ribeiro (2013, p.231) ainda explica que: “estrutura determinada pela LOPP refletia a organização federalista do Estado brasileiro. A convenção era o órgão máximo deliberativo em cada esfera, devendo eleger seu respectivo diretório, que escolhia a executiva”. Os estatutos dos partidos, nesse quesito, ainda mantêm traços dessa legislação, haja vista a semelhança entre os processos de escolha das executivas e mesmo das atribuições que cada dirigente possui, como se demonstrará.

### 2.3.2 QUEM FAZ PARTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

De uma forma geral, o número de membros que compõe cada Executiva é sempre menor do que o número de integrantes dos diretórios, em todos os níveis. Entre as instâncias analisadas, existem algumas variações entre o número de cargos e nas regras entre quem pode e quem não pode fazer parte dela<sup>14</sup>.

Embora o trabalho não tenha como objetivo uma análise comparada dos estatutos dos partidos, com o intuito de identificar as várias mudanças ocorridas ao longo do tempo, como o faz Ribeiro (2013),

A partir da análise dos estatutos dos partidos estudados e a começar pela quantidade de membros que integram cada Executiva, a do PMDB é definida da seguinte maneira pelo estatuto do Partido:

**Art. 85.** A Comissão Executiva Estadual será formada por 13 (treze) membros titulares, eleitos pelo Diretório Estadual, a seguir discriminados: um Presidente; um Primeiro, um Segundo e um Terceiro Vice-Presidentes; um Secretário-Geral; um Secretário-Adjunto; um Primeiro e um Segundo

---

<sup>14</sup> O objetivo não foi fazer uma análise comparada dos estatutos com o intuito de identificar as várias mudanças ocorridas ao longo do tempo, como o faz Ribeiro (2013). Nos baseamos sempre nos últimos estatutos aprovados pelos agremiações. Cabe ressaltar que algumas legendas aprovaram mudanças nas regras partidárias várias vezes, como o PP e o PTB.

Tesoureiros e 4 (quatro) Vogais, além do Líder da Bancada do Partido na Assembleia Legislativa. (Estatuto do PMDB, 2013)

Ainda no centro, o PSDB define estatutariamente que o número de integrantes das suas executivas estaduais podem variar de nove a cinco membros<sup>15</sup>. De acordo com o documento do partido, a instância é formada pelos seguintes membros:

Art. 85. A Comissão Executiva Estadual, eleita pelo Diretório Estadual para mandato de 2 (dois) anos, será integrada, no máximo, por 15 (quinze) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com a seguinte composição: a) um Presidente; b) um Primeiro, um Segundo e um Terceiro Vice-Presidentes; c) um Secretário-Geral; d) um Secretário; e) um Tesoureiro e um Tesoureiro Adjunto; f) 6 (seis) vogais; g) o Líder da Bancada do Partido na Assembleia Legislativa, como Membro nato (Estatuto do PSDB, 2013)

A composição da Executiva do partido é muito semelhante à do PMDB. As diferenças estão na quantidade de vogais que no PMDB são 4 e no PSDB são 6. Indo para a esquerda no espectro ideológico, a comissão Executiva do PDT é formada pelos seguintes membros:

§ 1º - A Executiva Estadual tem a seguinte composição: Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, Secretário, Secretário Adjunto, Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto, Consultor Jurídico, dois Vogais e o Líder do Partido na Assembleia Legislativa ou na Câmara Legislativa. (Estatuto, PDT, 1999)

Além de definir a quantidade de integrantes, o estatuto estabelece que esses dirigentes se reúnam ao menos uma vez a cada 15 dias e nesse meio tempo uma “Comissão Permanente”<sup>16</sup> fica responsável por desenvolver as atividades do partido. Essa comissão Permanente, pela análise do estatuto, é de fato a responsável pela administração da vida partidária.

Ainda na esquerda, a Executiva do PT é formada pelos seguintes membros:

Art. 100. A comissão Executiva Estadual será composta, no mínimo, de um presidente; um vice-presidente, do líder da Bancada na Assembleia

<sup>15</sup> O estatuto apresenta ainda que: § 1º. A composição da Comissão Executiva estabelecida no caput deste artigo aplica-se aos Diretórios Estaduais que tenham a composição máxima a que se refere o art. 62; quando a composição for a mínima, a Comissão Executiva terá apenas 9 (nove) membros efetivos e 3 (três) suplentes, sendo suprimidos os cargos de Segundo e Terceiro Vice-Presidentes e Tesoureiro Adjunto e o número de vogais reduzido a 3 (três). § 2º. Quando o Diretório Estadual tiver composição intermediária entre o mínimo e o máximo fixados no art. 82, a Comissão Executiva terá 11 (onze) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes, sendo, neste caso, o número de vogais reduzido para 4 (quatro) e suprimidos os cargos de Terceiro Vice-Presidente e Tesoureiro Adjunto.

<sup>16</sup> Art. 46 - A Executiva Estadual reunir-se-á, ordinariamente, a cada quinze (15) dias e, neste intervalo, funcionará através de uma Comissão Permanente, integrada por seu Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e pelo Líder na Assembleia Legislativa.

Legislativa, dos secretários Geral, de Finanças, de Organização, de Formação Política, de Comunicação e de Assuntos Institucionais. (Estatuto, PT, 2007)

A executiva do Partido dos Trabalhadores é diferente das anteriores por manter assento para outros cargos como o secretário de Formação Política, de Comunicação e, no Mato Grosso do Sul, o partido teve outros secretários como os de direitos humanos e de mobilização política, por exemplo.

Já no outro polo do espectro ideológico, os partidos de direita PTB, PP e DEM possuem os seguintes cargos em suas executivas. A começar pelos Democratas:

a) Presidente; b) Vice-Presidente de assuntos sociais, c) Vice-Presidente de Assuntos Econômicos; d) Vice-Presidente de Assuntos relacionados com as direções municipais; e) Secretário-Geral; f) Tesoureiro; e g) quinze membros. Parágrafo Único- Além da composição indicada neste artigo, integram a Comissão Executiva Estadual como membros natos, com direito a voz e voto, o Líder na Assembleia Legislativa e os Presidentes dos Órgãos Estaduais de Ação Partidária. (Estatuto, DEM, 2007)

A Executiva do Democratas se assemelha à do PT por manter assentos para Vice-Presidentes de assuntos específicos, como o de Assuntos Econômicos e de Direções Municipais. No entanto, diferentemente do PT que na literatura é tratado como a exceção do sistema partidário brasileiro por ser a agremiação que mais se aproximaria de um partido de massas, o DEM é um partido que nasceu dentro do parlamento (TAROUCO, 1998), sendo que os assentos das executivas petistas podem ser entendidos como um “resqúcio da organização primitiva do PT” (RIBEIRO, 2013, p.160), que mantinha relações com a sociedade civil.

Ainda na direita, o estatuto do PTB, que mediante consulta no site do TSE foi alterado 7 vezes<sup>17</sup> nos últimos anos, reserva para a sua executiva estadual os seguintes membros:

I - Membros Efetivos: a) Presidente; b) Primeiro, segundo e terceiro- Vice-Presidentes; c) Secretário-Geral; d) Primeiro e Segundo Secretários; e) Tesoureiro Geral; f) Primeiro e Segundo Tesoureiros; g) Secretário Jurídico; h) 4 (quatro) Vogais. II - membros natos: a) o líder da bancada na Assembleia Legislativa; b) o presidente da juventude estadual ou distrital do PTB; c) a presidente do PTB Mulher estadual ou distrital. III - 8 (oito) suplentes. (Estatuto, PTB, 2012)

<sup>17</sup> Os anos em que o partido informou ao TSE mudanças estatutárias foram: 1999, 2002, 2005, 2006, 2009, 2010 e 2012.

A Executiva do PTB se assemelha à dos outros partidos citados. A diferença é o assento para o secretário jurídico, que, no caso do DEM, também mantém uma assessoria jurídica subordinada à Comissão Executiva<sup>18</sup>. Além disso, um aspecto relevante do PTB são os assentos garantidos para a presidente do PTB Mulher e o presidente da juventude estadual ou distrital.

Por último, na direita, está o estatuto do PP, que também passou por 11 alterações desde o ano de 1995.

1 (um) Presidente; 3 (três) Vice-Presidentes; 1 (um) Secretário-Geral; 2 (dois) Secretários; 1 (um) Tesoureiro-Geral; 2 (dois) Tesoureiros; 11 (onze) Vogais; o líder do Partido na Assembleia Legislativa ou na Câmara Legislativa do Distrito Federal e até 11 (onze) Suplentes de Vogais. (Estatuto, PP, 2013)

A executiva do PP também se assemelha com as respectivas instâncias dos outros partidos e mantém a estrutura: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e tesoureiro, além do cargo sempre presente do líder do partido na Assembleia Legislativa, sendo a diferença o número de vogais que chega a onze.

Analisando as Comissões Executivas dos partidos, fica evidente que elas têm quatro cargos em comum, sendo eles: Presidente e os respectivos Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e os líderes das bancadas que têm sempre assento garantido nas direções partidárias. Além desses cargos, é possível observar algumas variações entre as instâncias, como a do PP, que reserva 11 cadeiras para os vogais, e o PTB, que garante assentos para o presidente da juventude estadual e do PTB mulher.

A análise dos estatutos revela que as estruturas de cargos são semelhantes em todas as organizações, salvo o PT e DEM que mantêm assentos para assuntos específicos. A semelhança encontrada entre as estruturas pode ser fruto dos resquícios da LOPP sobre as legendas, pois foi essa a lei determinante nas organizações, conforme apresentado anteriormente.

---

<sup>18</sup> O estatuto do DEM se refere à Assessoria Jurídica como: Art. 90 - A Procuradoria Jurídica é o órgão de apoio jurídico, vinculado diretamente à Comissão Executiva e chefiada por um advogado filiado ao Partido, sendo a sua designação e dispensa competência privativa do Presidente da Executiva Nacional.

Em que se pesem as variações dos cargos encontrados no PT e DEM, para a análise da composição social das elites partidárias, nos basearemos em todos os indivíduos que ocuparam funções nas instâncias, o que significa que todos os cargos de todos os partidos fazem parte da investigação.

### 2.3.3 AS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS

Com exceção do PT e do PDT, todos os estatutos apresentam detalhadamente as atribuições que cada cargo deve realizar dentro da Executiva. Nessa parte do texto busca-se retomar as zonas de incerteza de Panebianco (2005) com as funções dos membros, quando houver nos estatutos, e somente o papel das executivas nos casos em que só se falar da Executiva no geral.

### 2.3.4 OS PRESIDENTES DOS PARTIDOS

De todos os cargos, o mais importante em todas as Executivas analisadas é, como era de se esperar, a função de Presidente. Os presidentes das CE são, de modo geral, legalmente responsáveis por representar o partido na justiça e são também responsáveis, em conjunto com os tesoureiros, pelas finanças do partido, além de desempenharem outras funções que apresentaremos logo a seguir.

Retomando as zonas de incerteza de Panebianco (2005) e começando a relacioná-las com as funções dos peemedebistas, iniciando pelo Presidente, que pelas regras estatutárias é responsável pela autorização das “despesas ordinárias e extraordinárias do partido”, ele também é responsável por:

Art. 35. Compete ao Presidente das Comissões Executivas Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais: I - representar o Partido, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, no correspondente nível, pessoalmente ou por procuradores devidamente constituídos; II - presidir as reuniões da Comissão Executiva, do Diretório e as sessões das Convenções; III - convocar sessões ordinárias e extraordinárias da Comissão Executiva e do Diretório; IV - autorizar as despesas ordinárias e extraordinárias; V - exigir dos demais dirigentes o exato cumprimento de suas funções; VI - convocar, na ordem de eleição, os suplentes, em caso de vacância, impedimento ou ausência de membros efetivos; VII - dirigir o Partido de acordo com as resoluções dos seus órgãos. Art. (Estatuto, PMDB, 2013)

Das seis zonas de incerteza, fica evidente que os presidentes exercem o controle de ao menos três: as relações com o meio externo, à medida que são os

responsáveis pela representação do partido; o financiamento<sup>19</sup>, pois são eles que podem autorizar despesas; além de serem os responsáveis por convocar as reuniões da instância, presidir as reuniões das Executivas, do Diretório e também das Convenções.

Os artigos 87 e 88 do estatuto do PSDB dizem que as funções dos dirigentes estaduais são semelhantes às desenvolvidas pelos mesmos cargos à nível nacional. Assim, os presidentes da legenda têm as seguintes atribuições:

Art. 66. Compete ao Presidente da Comissão Executiva Nacional: I - representar o Partido, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procuradores devidamente constituídos; II - dirigir o Partido de acordo com as deliberações, diretrizes e resoluções aprovadas pela Convenção, Diretório e Conselho Político Nacionais. III - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Executiva, do Diretório, do Conselho Político e das Convenções Nacionais; IV - coordenar as atividades da Comissão Executiva Nacional, supervisionando os demais membros no cumprimento de suas funções; V - convocar, na ordem da eleição, os suplentes em casos de impedimento ou ausências eventuais de membros efetivos; VI - alienar bens móveis e imóveis, bem como ser o representante em caso de disposição patrimonial, desde que previamente autorizado pela Comissão Executiva Nacional. VII - dispor sobre a constituição de núcleos operacionais para a execução das atividades necessárias ao funcionamento do Partido e a designação de seus titulares; VIII - decidir sobre os processos avocados e regulamentar a interpretação das disposições deste Estatuto, por meio de Resolução, fixando o entendimento que deva prevalecer na aplicação de seus dispositivos. IX - designar o Vice Presidente que o substituirá em seus impedimentos ou ausências. (Estatuto, PSDB, 2013)

Como se observa na leitura do estatuto do partido, os presidentes do PSDB exercem um amplo controle sobre as zonas de incerteza, atribuições que os assemelham aos presidentes peemedebistas nos casos de representação do partido e autorização de despesas da legenda. Os presidentes ainda têm a capacidade de decidir sobre as interpretações do próprio estatuto.

Na Direita, o presidente do Democratas também tem várias atribuições parecidas com as do PSDB e PMDB, e o estatuto define as suas atividades como:

Art. 71- Compete aos Presidentes das Comissões Executivas: a) representar o Partido, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, no grau de sua jurisdição; b) convocar e presidir as Convenções, as reuniões dos Diretórios, das Executivas e, quando for o caso, dos demais órgãos do Democratas, tanto ordinária como extraordinariamente; c) autorizar a receita e a despesa, ou delegar competência e atribuições ao Tesoureiro e a outros membros da

---

<sup>19</sup> Sobre o financiamento o autor lembra que: “Quem controla os canais por meio dos quais afluí o dinheiro para financiar a organização controla outro recurso fundamental” Panebianco (2005, pg.69)

Executiva; d) exigir dos demais membros e dos filiados exaustão no cumprimento dos seus deveres públicos, políticos e partidários; e) convocar, no caso de vacância, os suplentes na ordem de sua colocação na composição do órgão partidário. f) dirigir o Democratas de acordo com as normas estatutárias e com as decisões dos seus órgãos deliberativos; g) baixar Resoluções, Diretrizes e outros atos normativos ou executivos do partido no âmbito da jurisdição da sua competência; e d) prover e desprover os cargos dos serviços partidários, nos termos do artigo 64 deste Estatuto. (Estatuto, DEM, 2007)

O presidente do Democratas, além das citadas funções que o aproxima do PSDB e PMDB (representa o partido, autoriza despesas), tem ainda a capacidade de baixar resoluções e diretrizes, influenciando diretamente no que toca as normas do partido, fato que Ribeiro (2013, p. 239) já sinalizava na análise do estatuto da legenda.

Ainda na direita, o PP define as atribuições dos seus presidentes como as que se seguem:

Art. 76. Compete aos Presidentes das Comissões Executivas Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais: I - representar ativa e passivamente o Partido em juízo e fora dele, no âmbito de sua jurisdição; II - presidir as reuniões da Comissão Executiva, do Diretório e as sessões das Convenções; III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias; IV - autorizar as despesas ordinárias e extraordinárias; V - exigir dos demais dirigentes o exato cumprimento de suas atribuições; VI - convocar, na ordem de eleição, os suplentes, em caso de vacância, impedimento ou ausência dos membros efetivos; VII - dirigir o Partido de acordo com as resoluções dos seus órgãos deliberativos (Estatuto, PP, 2013)

O estatuto do partido define atividades semelhantes às dos partidos já citados, sendo a diferença o fato de que o presidente é capaz de exigir dos demais dirigentes o cumprimento das atividades que estes desempenham.

Por último, os presidentes do PTB têm as seguintes funções descritas no estatuto:

a) representar o partido, nas instâncias judiciais e extrajudiciais, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído; b) convocar a Convenção, o Diretório e a Comissão Executiva, na forma do Estatuto; c) presidir a Convenção, as reuniões do Diretório e da própria Comissão Executiva; d) convocar os suplentes, em caso de vacância, impedimento ou ausência dos membros efetivos; e) autorizar a realização de despesas ordinárias; f) dirigir o partido de acordo com as resoluções de seus órgãos. (Estatuto, PTB, 2012)

As definições das funções do Presidente se assemelham às das anteriormente apresentadas. O presidente controla importantes áreas de incerteza, a



relação com o ambiente, as finanças do partido em conjunto com o tesoureiro, e tem a incumbência de “dirigir o partido”. Além das funções do presidente, o documento reserva para os vice-presidentes as atividades de substituição do Presidente, além de cooperar com as atividades das Comissões Executivas.

### 2.3.5 SECRETÁRIOS GERAIS E TESOUREIROS

Descendo na hierarquia da executiva, depois dos Vice-Presidentes, as funções dos Secretários-Gerais e Tesoureiros, por sua vez, estão descritas a seguir, começando pelo PMDB:

Art. 37. Compete ao Secretário-Geral: I - substituir o Presidente, na ausência ou impedimento dos Vice-Presidentes; II - coordenar as atividades administrativas e dos órgãos de cooperação, assegurando o cumprimento das decisões da Comissão Executiva e das demais instâncias partidárias; III - admitir e dispensar pessoal administrativo, supervisionar os registros funcionais e exercer as demais atribuições inerentes; IV - organizar as Convenções Partidárias; V - elaborar, divulgar e distribuir o noticiário referente ao partido. (Estatuto, PMDB, 2013)

Fica evidente novamente as zonas de incerteza controladas pelos titulares do cargo: a capacidade de recrutar pessoas para administração do partido, além da comunicação interna dentro do partido e da capacidade de coordenar as atividades do partido.

Já os tesoureiros são, como era de se esperar, os que mais detêm atribuições na zona de incerteza financiamento, sendo as suas atividades definidas no documento do partido como:

Art. 39. Compete ao primeiro Tesoureiro: I - ter sob guarda e responsabilidade o dinheiro, valores e bens do Partido; II - efetuar pagamento, depósitos e recebimentos; III - assinar, com o Presidente, cheques, títulos ou outros documentos que impliquem responsabilidade financeira do Partido; IV - apresentar, mensalmente, às respectivas Comissões Executivas o extrato de Receita e Despesa do Partido, que será apreciado pelo Conselho Fiscal; V - manter em dia a contabilidade, que será apreciada pelo Conselho Fiscal; VI - organizar o balanço financeiro do exercício findo, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo respectivo Diretório. Art. 40. Compete ao segundo Tesoureiro auxiliar e substituir o primeiro Tesoureiro na ausência ou impedimento deste. (Estatuto, PMDB, 2013)

Retomando as zonas de incerteza de Panebianco (2005), fica evidente que esse é o cargo que mais se apodera das finanças da agremiação, detendo recursos

importantes na vida interna do partido. Tanto o é que, da década de 1980 até a data de realização do presente trabalho, apenas duas pessoas passaram por essa função, o que também revela a sua baixa rotatividade e conseqüente importância para os peemedebistas.

Continuando no centro do espectro ideológico, as funções desempenhadas pelos tesoureiros e secretários-gerais no PSDB são apresentadas da seguinte maneira pelo documento da legenda:

Art. 68. Compete ao Secretário-Geral e aos Primeiro e Segundo Secretários: I - coordenar a ação dos órgãos partidários em cada uma das regiões do país, consoante as diretrizes, critérios de zoneamento e planos de ação aprovados pela Comissão Executiva Nacional. II - coordenar as atividades dos Diretórios Estaduais, zelando pelo cumprimento das orientações e decisões da Comissão Executiva Nacional e pelo desempenho político-eleitoral desses órgãos; III- supervisionar e coordenar a atuação das Redes Temáticas, conforme designação do Presidente; IV - organizar as Convenções partidárias e as reuniões do Diretório e do Conselho Político Nacionais; V - secretariar as reuniões dos órgãos partidários e redigir suas atas, mantendo sob sua guarda os respectivos livros, podendo delegar aos Secretários; VI - organizar a biblioteca e o acervo documental do Partido; VII - organizar o trabalho de arregimentação partidária, mantendo atualizado o cadastro de filiados do Partido e a jurisprudência eleitoral; VIII - cumprir as atribuições que lhes forem delegadas ou conferidas pelo Presidente; (Estatuto, PSDB, 2013)

Lembrando que o cargo de secretário que se analisará é o de um Estado em específico, com base no texto compreende-se que esse dirigente é o responsável por coordenar os diretórios municipais, zelar pelo desempenho eleitoral da agremiação nos municípios e organizar as convenções partidárias. As zonas de incerteza que o Secretário controla são: a comunicação, pois a função exige o controle e coordenação dos diretórios e, possivelmente, o conhecimento. Embora o conhecimento, expertise da vida partidária, seja mais difícil de averiguar a partir da análise do estatuto, é sensato imaginar que o ocupante de tal cargo tenha que conhecer a vida partidária, ou que acaba por desenvolver esse conhecimento na prática do cargo.

Já os tesoureiros do PSDB na Executiva desempenham as seguintes funções:

Art. 70. Compete ao Tesoureiro: I - desenvolver, com o Presidente ou a quem este delegar, a gestão econômico financeira do Diretório Nacional, adotando medidas para o aumento das receitas financeiras e para garantir a efetividade das contribuições dos filiados e a melhoria da qualidade do gasto; II - ter sob sua guarda e responsabilidade o dinheiro, os valores e bens do Partido; III - efetuar depósitos e recebimentos e os pagamentos, assinando com o Presidente ou a quem este delegar os cheques e demais documentos

necessários à movimentação bancária dos recursos, observado o que dispõem o art. 145; IV - opinar sobre os contratos a serem celebrados pelo Presidente ou a quem este delegar, bem como sobre assinatura de títulos ou documentos que impliquem responsabilidades e encargos financeiros para o Partido; V - apresentar mensalmente à Comissão Executiva Nacional o extrato da receita e despesas do Partido, encaminhando ao Conselho Fiscal o respectivo balancete; VI - manter em dia a contabilidade; VII - organizar o balanço financeiro do exercício findo e, após examinado pelo Conselho Fiscal Nacional e aprovado pela Comissão Executiva Nacional, encaminhá-lo ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei. (Estatuto, PSDB, 2013)

Os tesoureiros do PSDB possuem, portanto, atribuições semelhantes às dos peemedebistas, embora aqui as suas atividades estejam mais especificadas: eles controlam as finanças do partido, fazem depósitos, assinam contratos, etc. Em síntese, eles mantêm o controle das atividades que envolvam as finanças do partido.

Saindo do centro e indo para a direita do espectro ideológico, os secretários e tesoureiros do Democratas desempenham as seguintes funções, iniciando pelos primeiros:

Art. 73 - Compete ao Secretário-Geral: a) substituir o Presidente e os Vices-Presidentes nas suas ausências e impedimentos; b) organizar e supervisionar as convenções partidárias em todos os níveis; c) supervisionar a redação das atas das reuniões e das Convenções, bem como a publicação dos atos oficiais do Partido; d) coordenar as atividades partidárias, especialmente dos demais órgãos de apoio e cooperação, assegurando o seu bom desempenho e o cumprimento das decisões superiores; e) organizar os programas de arregimentação Partidária, mantendo atualizado o cadastro geral dos diretorianos, delegados e convencionais; f) admitir, promover, punir, elogiar e dispensar o pessoal permanente e temporário, ouvido o presidente, bem como supervisionar os registros funcionais e exercendo todas as demais atribuições inerentes; g) organizar e divulgar as atividades partidárias, mantendo cadastro dos profissionais e dos órgãos de imprensa de todo o País; h) executar outras atividades pertinentes ou que lhes forem cometidas por decisão superior; i) promover e supervisionar os trabalhos de filiação Partidária controlar e manter atualizados os registros cadastrais das filiações partidárias, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais e estatutárias. j) organizar, manter e conservar as bibliotecas do Partido. (Estatuto, DEM, 2007)

Os secretários-gerais, como pode-se observar a partir do documento do partido, são fundamentais no Democratas, mantêm relações com os outros órgãos do partido, são responsáveis pela supervisão das convenções partidárias, além de deterem o importante recurso de poder recrutar pessoas para a legenda em conjunto com o presidente. No que se refere aos tesoureiros:

Art. 74 - Compete ao Tesoureiro: a) manter sob sua guarda e responsabilidade os valores pecuniários e os bens materiais do Partido; b) assinar, com o Presidente ou qualquer outro membro da Executiva por ele delegado, os cheques, títulos e outros documentos que impliquem responsabilidade financeira; c) efetuar pagamentos, recebimentos e depósitos bancários; d) responsabilizar-se pela movimentação financeira e bancária do Partido; e) apresentar mensalmente, à Comissão Executiva, o balancete da receita e da despesa sob sua responsabilidade, cumprindo e fazendo cumprir as disposições estatutárias, principalmente as referentes as prestações de contas das campanhas eleitorais; f) organizar o Balanço Financeiro anual do Partido, nas datas próprias e submetê-lo ao Conselho Fiscal, à Executiva e à Justiça Eleitoral; g) manter, rigorosamente em dia, a escrita contábil e orçamentária do Partido, promovendo permanentes ajustes na Receita e na Despesa; h) supervisionar os Comitês Financeiros da campanha eleitoral, zelando pelo fiel cumprimento das disposições estatutárias; i) substituir, nas ausências e impedimentos, os Secretários, o Secretário-Geral, os Vice-presidentes e o Presidente; (Estatuto, DEM, 2007)

Novamente, o tesoureiro exerce as mesmas funções que a dos demais tesoureiros dos partidos analisados. É esse o cargo responsável pelo importante controle das finanças da legenda. Ainda na direita, o PP reserva para os seus secretários-gerais as seguintes funções:

Art. 78. Compete ao Secretário-Geral: I - substituir o Presidente respectivo, na ausência dos Vice-Presidentes; II - coordenar as atividades dos demais secretários e dos órgãos de cooperação, assegurando o cumprimento das decisões da Comissão Executiva; III - admitir e dispensar pessoal administrativo; IV - organizar as Convenções Partidárias; V - elaborar, divulgar e distribuir o noticiário referente ao Partido (Estatuto, PP, 2013)

A diferença fundamental entre os secretários-gerais do PP e dos demais partidos, é que nesse as suas funções não estão totalmente detalhadas no estatuto, ao passo que nas outras legendas, em especial PSDB e DEM, o mesmo cargo aparece com todas as suas atividades descritas. No entanto, o secretário-geral do PP controla importantes zonas de incerteza: é capaz de recrutar pessoal administrativo, controla também a comunicação interna no partido, além de organizar as convenções partidárias como nas outras agremiações.

Já o Tesoureiro da legenda exerce as seguintes funções, de acordo com o estatuto:

Art. 81. Compete ao Tesoureiro-Geral: I - manter sob sua guarda e responsabilidade, civil e criminal, o valores e os bens do Partido; II -efetuar pagamentos, depósitos e recebimentos; III - assinar, conjuntamente com o Presidente, cheques, títulos ou outros documentos que impliquem responsabilidade financeira e contábil do Partido; IV - apresentar, mensalmente, às respectivas Comissões Executivas o extrato da receita e da

despesa do Partido, e submetê-lo, posteriormente, à apreciação do Conselho Fiscal; V - manter a contabilidade rigorosamente em dia, observadas as exigências legais; VI - organizar o balanço financeiro do exercício findo que, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo respectivo Diretório, deverá ser encaminhado à Justiça Eleitoral; VII - elaborar a prestação de contas da movimentação financeira das Campanhas, para os fins previstos em lei. (Estatuto, PP, 2013)

Os tesoueiros do partido são auxiliados ainda por mais 3 indivíduos, os segundos e terceiros tesoueiros, que auxiliam na realização de suas atividades. Com base no documento do PP, percebe-se que a diferença entre este partido e os demais é que os tesoueiros, além de controlarem essa importante zona de incerteza, realizam essa tarefa em conjunto com os segundo e terceiro tesoueiros que são subordinados a eles.

Por último, continuando na direita do espectro ideológico, o PTB define as atividades dos secretários-gerais e tesoueiros como:

III - Compete ao Secretário-Geral: a) substituir o presidente na ausência ou impedimento dos vice-presidentes; b) coordenar as atividades administrativas do diretório e dos demais secretários; c) promover a articulação entre a comissão executiva e os demais órgãos do partido; d) admitir e dispensar pessoal administrativo; e) organizar as convenções partidárias; f) elaborar, divulgar e distribuir o noticiário referente ao partido. (Estatuto, PTB, 2012)

Os secretários-gerais, aqui, novamente são uma peça fundamental nas atividades partidárias e o domínio que o mesmo exerce sobre as zonas de incerteza é semelhante ao exercido pelos secretários dos outros partidos. Além de ser um dos responsáveis pela comunicação dentro do partido, ele também tem capacidade de recrutar pessoal administrativo e é um dos responsáveis pela articulação entre a Executiva e o diretório.

Por fim, o Tesoureiro do PTB detém as seguintes funções:

V - Compete ao Tesoureiro-Geral: a) manter sob sua guarda e responsabilidade dinheiro, valores e bens do partido; b) assinar cheques, títulos ou outros documentos que impliquem responsabilidade financeira para o partido, conjuntamente com o presidente ou com quem este indicar; c) efetuar pagamentos, depósitos e recebimentos; d) manter a escrituração contábil; e) apresentar relatórios financeiros mensais e balanço financeiro do exercício; f) apresentar as prestações de contas regulares aos tribunais eleitorais e tribunais de contas; g) exercer outras atribuições afetas à sua função. (Estatuto, PTB, 2012)

Novamente, o cargo de Tesoureiro controla a importante zona de incerteza das finanças, sendo que o estatuto do partido é semelhante, nesse ponto, ao do PP. Os tesoureiros do PTB também são chefes de outros dirigentes que auxiliam o Tesoureiro-Geral nessa atividade.

Assim, as atribuições desses dirigentes partidários são relativamente semelhantes nesses cargos. Como se observou, os presidentes são os que mais controlam as zonas de incerteza, sendo responsáveis pela representação do partido e pelo contato com as finanças da legenda. O Secretário-Geral também controla em todas as coalizões dominantes as convocações dos congressos partidários, as relações com outros órgãos no interior do partido e, em alguns casos, a comunicação interna também. Por último, o Tesoureiro é um dos responsáveis pelas finanças do partido, sendo que nos casos do PP e PTB ele pode ser auxiliado por outros funcionários.

As principais funções desses dirigentes são sintetizadas no quadro abaixo. Note-se como as funções são semelhantes em todos os cargos:

Quadro 1 - Atribuições estatutárias dos dirigentes partidários do PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM.

	<b>PMDB</b>	<b>PSDB</b>	<b>PP</b>	<b>PTB</b>	<b>DEM</b>
<b>Presidente</b>	Representa o partido; aprova despesas; administra o partido.	Representa o partido; aprova despesas; administra o partido.	Representa o partido; aprova despesas; administra o partido.	Representa o partido; aprova despesas; administra o partido.	Representa e administra o partido; aprova despesas; baixa diretrizes e normas.
<b>Secretário geral</b>	Admite e supervisiona pessoal para o partido; organiza convenções partidárias; coordena órgãos de cooperação.	Coordena atividades dos diretórios; organiza convenções partidárias.	Coordena órgãos de apoio; organiza convenções partidárias.	Coordena a articulação entre Executiva e demais órgãos; admite pessoal; organiza convenções partidárias.	Coordena órgãos de apoio; admite pessoal para o partido; organiza convenções partidárias.
<b>Tesoureiro</b>	Administra as finanças do partido em conjunto com o Presidente.	Administra as finanças do partido em conjunto com o Presidente.	Administra as finanças do partido em conjunto com o Presidente.	Administra as finanças do partido em conjunto com o Presidente.	Administra as finanças do partido em conjunto com o presidente; supervisiona comitês financeiros de campanha eleitoral.

Fonte: O autor.

O quadro acima sintetiza as principais funções dos cargos-chave no interior das organizações. Em todos eles fica evidente o controle sobre as zonas de incerteza dos partidos. A semelhança entre as funções pode novamente ser explicada em virtude da herança da legislação partidária e, no caso do PT, PMDB, PSDB e DEM, em virtude também da atuação das elites partidárias conforme Ribeiro (2013).

## 2.4 OS PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE

Até aqui apresentamos como será entendido o PMDB na pesquisa e qual é a principal hipótese que orienta a investigação: a relação entre a sua localização no espectro ideológico e o recrutamento dos seus dirigentes partidários, que são entendidos como os membros das várias Executivas que o partido elegeu, além do perfil social dos seus parlamentares eleitos.

Observou-se de que modo a literatura o coloca como uma agremiação localizada no espectro ideológico considerando Zuco (2009), Rodrigues (2002, 2006), Madeira & Tarouco (2013), Melo (2007), além de vários outros trabalhos sobre o tema. Porém, o critério orientador é o recrutamento do PMDB e dos demais partidos que foram inseridos na pesquisa, sendo eles o PT, o PDT, o PSDB, o PP, o PTB e o DEM, para a análise das Executivas e de todos os que conquistaram cadeiras, no caso dos parlamentares.

A consulta dos estatutos mostrou as semelhanças entre os partidos da pesquisa e a forma de seleção dos seus dirigentes. O processo, que é explicado por Guarnieri (2010), tem sempre como ponto de partida as convenções partidárias municipais. A semelhança encontrada nesse quesito pode ser fruto, como afirmado, dos resquícios da LOPP sobre a estrutura dos partidos políticos.

Assim sendo, após a apresentação do partido e o que será entendido como a coalizão dominante da sigla, os capítulos seguintes do presente trabalho são dedicados à análise das composições da Executiva e também à análise dos parlamentares eleitos pelo PMDB, seguindo sempre a hipótese de que a sua localização no espectro ideológico (RODRIGUES, 2002, 2006) é um dos principais fatores explicativos para o recrutamento nas “chamadas profissões liberais”.

### 3. A ELITE PARTIDÁRIA: ORIGEM SOCIAL DOS DIRIGENTES DO PMDB

O objetivo do capítulo é observar qual é a composição social dominante dos dirigentes partidários do PMDB no Mato Grosso do Sul. Dessa forma, trata-se de buscar entender de onde o partido recruta os seus dirigentes, que, como definimos na seção anterior, constituem a Executiva Estadual e, a partir desse ponto, relacionar os nossos achados com a hipótese de Rodrigues (2002, 2006). Além disso, nesse capítulo são comparados os resultados da composição social das Executivas dos peemedebistas com os dos partidos citados no começo do trabalho: PT, PDT, PSDB, PTB, DEM e PP.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira são apresentados os aspectos formais da instância, como a quantidade de membros que a integraram ao longo desse tempo e os aspectos referentes à sua oligarquização. Na sequência, apresentamos os dados relativos às Executivas dos demais partidos que integram a pesquisa. Por último, são apresentados os dados relativos à composição social, focando as variáveis: gênero, ocupação antes da entrada na política, escolaridade, faixa etária e origem geográfica.

#### 3.1 AS CARACTERÍSTICAS DAS EXECUTIVAS E A SUA OLIGARQUIZAÇÃO

O PMDB elegeu 11 Comissões Executivas Estaduais no Mato Grosso do Sul<sup>20</sup> até o ano de 2012 e, em duas ocasiões, trocou apenas o presidente. Com base nos dados coletados desse período, constataram-se algumas modificações no tamanho da instância. A Executiva variou em quantidade de integrantes ao longo da década de 1980, tendo de 8 até 17 integrantes, sendo que recentemente ela se encontra com 11 membros.

A tabela abaixo ilustra as variações que ocorreram, bem como destaca pontos formais da instância: a quantidade de membros que foram reeleitos de uma formação para outra e a taxa de renovação neste espaço de tempo:

---

<sup>20</sup> No entanto, como se observará, não conseguimos informações sobre alguns períodos. O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE-MS) nos enviou todas as informações das quais dispunha e o partido também nos enviou os dados que foram compilados. Um dos dirigentes da agremiação explicou que essas informações não estavam sistematizadas, mas sim espalhadas nas várias atas de reuniões.



Tabela 2- As Executivas Estaduais do PMDB no Mato Grosso do Sul (1980-2012)

		1980	1981	1982	1983	1988	1990	1993	1995	2006	2009	2012
Número de membros	de	12	12	12	12	10	8	12	17	15	13	11
Número de reeleitos	de	-	0	6	7	3	2	4	6	-	5	6
Taxa de renovação	de	-	100%	50%	60%	30%	25%	33%	35%	-	38%	55%

Fonte: O autor

Os dados acima ilustram as variações ocorridas no aumento de membros da instância e também o prazo de duração entre uma e outra composição. Estatutariamente, o prazo de atuação dos dirigentes é de 2 anos, sendo possível a reeleição. Na prática, pode ocorrer o mandato de um ano apenas, como foi o caso da primeira Executiva.

Aconteceu também o caso eleger uma chapa e, após os dois anos de mandato, o partido prorrogar em um ano a existência da Executiva. Esses foram os casos das eleições de 1990, que durou até 1993, e de 1993, que durou até 1997. Por último, existiram os casos de apenas troca de presidentes, onde o partido apenas realiza a troca do cargo e acaba por manter a mesma composição. Foram os casos das eleições de 1986, de 1987 e de 1995, nas quais foram trocados os presidentes que se elegeram. Em 1986 Marcelo Miranda virou Governador e em 1995 André Puccinelli virou prefeito da capital do Estado, sendo que ambos ficaram estatutariamente impedidos de continuar nos cargos.

No que toca os aspectos que poderiam sinalizar para uma “oligarquização” da instância, ficou evidente que ocorreram variações ao longo do período na taxa de renovação. A respeito do conceito de oligarquia, Couto (2012) apresenta alguns dos significados que tal denominação tem dentro da literatura e, mesmo que o autor não foque o texto de Schonfeld (1980), este é um dos trabalhos que têm sustentado a ideia de oligarquização no interior dos partidos políticos, ao menos nos trabalhos citados de Ribeiro (2008) e Lucas (2003).

Embora não façamos uso do indicador apresentado por Schonfeld (1980), os nossos dados são significativos para identificar o processo de renovação das lideranças partidárias.

Sobre os dados apresentados na tabela anterior, é a última composição da Executiva eleita em 2012 que possui a maior taxa de renovação do último período coletado, com 55%. A década de 1980 foi o que teve os maiores percentuais de renovação, sendo 100% na primeira formação, 50% na segunda e 60% na terceira. No entanto, esses dados não permitem defender uma total oligarquização da instância, haja vista os dados do período subsequente.

Embora não se possa falar de uma oligarquização por completo, os resultados dessa pesquisa podem ser comparados aos trabalhos de Lucas (2002) e Ribeiro (2008). Os autores, ao utilizarem a proposta que Schonfeld (1980) realiza para observar a oligarquização no interior dos partidos, sinalizam para o mesmo processo, no caso do PMDB e PT para aquele e do PT para esse.

Lucas (2002) mostra que os dados de renovação para o Diretório Estadual e Executiva Estadual do PMDB e PT no Rio Grande do Sul tiveram taxas de 63% e 48% no caso dos peemedebistas e 41% e 55% para os petistas. À exceção da década de 1980 e à última formação, eleita em 2012, todas as taxas do PMDB no Mato Grosso do Sul foram menores das encontradas pelos autores, o que indica que a legenda possui contornos menos oligárquicos.

Já Ribeiro (2008) identifica uma oligarquização cirúrgica no caso do PT, que conservava em cargos-chave da Executiva Nacional os mesmos nomes. Nas palavras do autor:

No PT, a lei de ferro de Michels assumiu contornos peculiares, numa espécie de oligarquização “cirúrgica”, já que afetou principalmente os cargos estratégicos da máquina, centrais no controle das zonas de incerteza do partido. Na teoria de Panebianco, a oligarquização é o resultado previsível de um período em que a coalizão dominante desfruta de elevada coesão – caso do PT entre 1995 e 2005. (RIBEIRO, 2008, p. 225)

O autor se refere a Delúbio Soares, Tesoureiro que ocupou o cargo por seis anos, Ozéas Duarte, secretário de comunicação por sete anos, entre outros. Esses achados podem ser constatados no presente trabalho à medida que a presidência do partido obteve uma das menores taxas de renovação. Como exemplo, Ramez Tebet

ficou como presidente da legenda por 5 anos e como Vice Presidente ficou 6 anos, num total de 11 anos nos principais cargos da instância.

O cargo de Tesoureiro também não teve muita rotatividade. Durante toda a década de 1980, por exemplo, passaram pela tesouraria apenas duas pessoas. Os cargos que mais tiveram rotatividade no interior do Executiva foram os Suplentes e Vogais.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DA EXECUTIVA NA CARREIRA POLÍTICA DOS MEMBROS

Ao analisar a profissionalização dos deputados portugueses, Freire (2002) argumenta que o fato dos deputados terem sido membros das instâncias partidárias revelava uma partidarização da carreira dos políticos portugueses. Por consequência, significa que a tendência revelava uma valorização do partido enquanto instituição e assim mostra que os “nobres” não entravam mais direto na vida política, tendo que passar pelo interior dos partidos para continuar na carreira política.

As proposições do autor, em certo sentido, podem ser constatadas nas carreiras dos peemedebistas que ocuparam os postos na Executiva do partido. Após exercerem a presidência do partido<sup>21</sup>, viraram governadores: Wilson Barbosa Martins em 1982, tendo sido Presidente de 1980 a 1982, Marcelo Miranda em 1986, ex-Presidente do período 1984, e também André Puccinelli, prefeito da capital do Estado em 1996, e governador em 2006, que havia sido presidente do partido em 1996. O cargo também serviu como trampolim político para o ex-senador Ramez Tebet.

No mesmo sentido, os cargos de secretário geral propiciaram aos seus ocupantes cargos no governo estadual, como foi o caso de Harry Amorim Costa, que deixou o cargo em 1986 para ir para a secretaria do governo de Marcelo Miranda.

O posto de presidente do partido parece ser um “trampolim” político para cargos de maior destaque na política estadual. O fato dos presidentes do partido terem conseguido alcançar cargos mais altos na hierarquia política revela também que os cargos no interior da Executiva têm importância diferenciada para o sucesso na vida

---

<sup>21</sup> A título de ilustração, no salão de reuniões do diretório estadual do partido estão expostas as fotos de todas as figuras que já exerceram a função de Presidente da Comissão Executiva da instituição, o que revela ao menos um aspecto simbólico da importância destes presidentes na legenda.

política. Os dados, assim, mostram aquilo que Bordieu (2011, p. 204) dizia a respeito do campo político. De acordo com o autor:

À medida que o campo político avança na história e que, notadamente com o desenvolvimento dos partidos, se institucionalizam os papéis, as tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido. Nós não damos suficiente importância a essa noção extraordinária de investidura. Atualmente, o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário geral de um partido é uma espécie de banqueiro (talvez não seja por acaso que todos os nossos presidentes, passados e futuros, são antigos secretários gerais...) que controla o acesso ao capital político, burocratizado, burocrático, garantido e autenticado burocraticamente pela burocracia de um partido.

Essas considerações vão no mesmo sentido dos achados do presente trabalho. Embora não venha ao caso debater a formação do campo político, os resultados dessa pesquisa sinalizam para uma importância da ocupação dos cargos na instância para se chegar a postos mais altos na carreira política estadual.

### 3. 3 AS EXECUTIVAS DOS SETE MAIORES PARTIDOS DO MATO GROSSO DO SUL

Após a apresentação dos aspectos gerais da Executiva do PMDB, nessa seção apresenta-se os dados dos outros partidos que integram a pesquisa: PT, PDT, PSDB, DEM, PP e PTB.

Os dados que se seguem foram coletados no site do TSE. As diferenças entre o ano da eleição da Executiva de um partido e outro se deve ao fato de estes escolherem os seus dirigentes em períodos distintos.

O quadro abaixo mostra as informações dessas legendas em um período menor do que o que utilizamos para o PMDB, pois a fonte dessas informações foram exclusivamente retiradas do TSE. Conforme o quadro 2:

Quadro 2 - Número de membros e ano de eleição das Executivas do PT, PDT, PSDB, PTB, DEM e PP do Mato Grosso do Sul (2005-2013)

Número de Membros por partido						
Ano da eleição	PT	PDT	PSDB	PP	PTB	DEM
2005	18	8	11			
2006						
2007	8	8	11			8
2008				18	19	
2009						
2010	19					
2011			11			8
2012		7			12	
2013	13		9			
<b>Total:</b>	<b>58</b>	<b>23</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>16</b>

Fonte: O autor.

O quadro acima revela ao menos dois aspectos relevantes<sup>22</sup>: a) a quantidade de membros que cada Executiva possui e b) a duração do mandato dos dirigentes.

Em relação ao primeiro ponto, ficam evidentes as variações no tamanho das Executivas dentro do mesmo bloco ideológico. Começando pela direita, o PP, de acordo com os dados do TSE, elegeu 18 integrantes. Já o PTB teve, em 2008, 19 integrantes na Executiva e conta com 12 na atual, eleita em 2012. Por fim, o Democratas foi a agremiação que não alterou o tamanho da sua Executiva, ficando com 8 cargos em cada eleição.

No centro, resta explicar o PSDB. O partido mantém uma Executiva muito semelhante à dos peemedebistas. Inclusive na nomenclatura dos cargos segue-se a tendência Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Tesoureiro, Suplente e Vogal. No geral, o tamanho da instância não variou, ficando entre 11 membros nas duas primeiras eleições e 9 na formação de 2013.

Por fim, na esquerda as diferenças são mais acentuadas. Enquanto o PDT possui uma Executiva que teve 8 membros e atualmente conta com 7, o PT, pelo

<sup>22</sup> Consideramos a quantidade total de indivíduos que passaram pelos cargos. Ocorreu, em alguns casos, de um mesmo cargo ser preenchido pela mesma pessoa em duas épocas diferentes. Nesses casos, contabilizamos como dois cargos e não como um, apenas. Os dados podem ser encontrados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

contrário, tinha 18 integrantes no ano de 2005 e depois de uma curta redução nos cargos dirigentes, a legenda passou para 19 vagas em 2010 e recentemente 13 membros em 2013.

A quantidade de membros das instâncias não foi determinada pela localização que os partidos ocupavam no espectro ideológico. Os cargos variaram tanto na esquerda quanto na direita e foi no centro que a estrutura foi menos alterada. A possível explicação para o fato é a mesma que apresentamos no primeiro capítulo sobre os cargos de cada partido, qual seja, o papel da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP).

A LOPP, conforme Ribeiro (2013, p.231), determinava rigidamente a estrutura que deveriam ter as agremiações, fazendo com que estatutos, estruturas decisórias, escolhas de dirigentes, fossem muito semelhantes entre uma legenda e outra. Nesse sentido, a semelhança encontrada na pesquisa pode ser mais um dos resquícios da lei apresentada.

Ainda sobre o quadro, em relação ao segundo ponto, ou seja, o tempo dos mandatos, a explicação pode ser dada pelas escolhas das lideranças partidárias e pelas próprias regras dos partidos. Note-se que, no geral, os mandatos têm em média de dois a três anos de duração, sendo possível sua prorrogação. Em linhas gerais, isto é o que dizem a maior parte dos estatutos, conforme apresentado no primeiro capítulo.

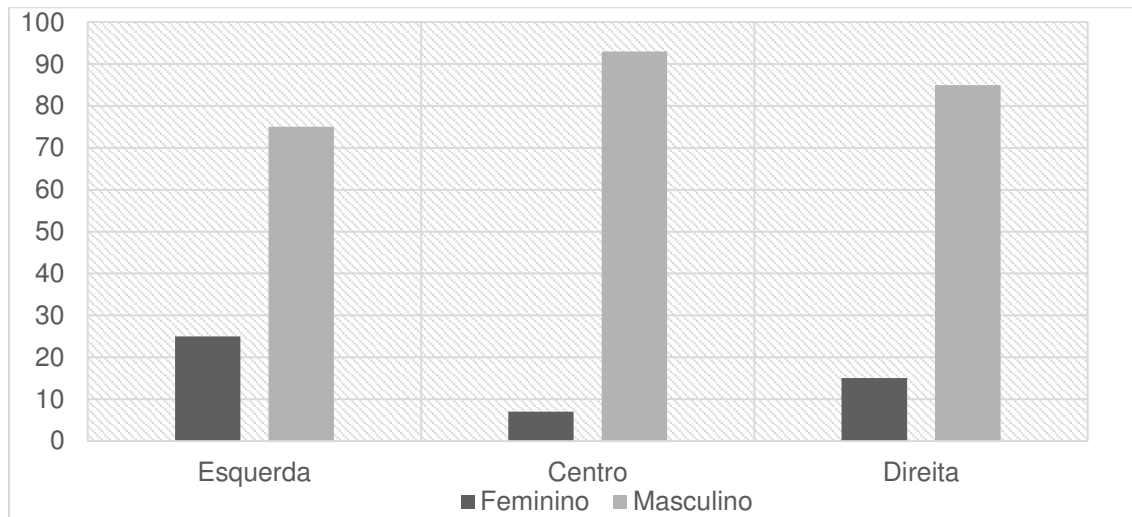
Por fim, cabe ainda explicar, em relação ao quadro, que o partido que fugiu à regra em termos de periodicidade na escolha dos dirigentes foi o Partido Progressista. A agremiação escolheu apenas uma formação em 2008 e até o presente momento se mantém com base em Comissões Provisórias, que foram eleitas em 2011 e 2013. O mecanismo das Comissões Provisórias por parte das elites partidárias nacionais foi explicitado por Guarnieri (2010) e essa parece ser uma das explicações para o recorrente uso das Comissões Provisórias no Estado.

Assim, os dados do quadro revelam a quantidade de membros em cada partido selecionado e o tempo de duração do mandato dos dirigentes. A análise que se segue sobre a composição social dessas agremiações será baseada no quadro apresentado, sendo que o PMDB conta com um número maior de dirigentes pois os dados cobrem um período maior de tempo, de 1980 a 2012.

### 3.4 A PARTICIPAÇÃO FEMININA E A ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES

Saindo dos aspectos formais das instâncias iniciando a análise sobre a variável gênero, fica evidente a baixa representação feminina no comando do PMDB, assim como nos outros partidos. Considerando todos os dirigentes que ocuparam cargos no PMDB desde a década de 1980 e os dirigentes dos outros partidos que apresentamos na seção anterior, os dados revelam a seguinte situação dentre os blocos ideológicos:

Gráfico 1- Participação de homens e mulheres nas Executivas por bloco ideológico (%)



**N:** Esquerda (81), Centro (179), Direita (65). **Fonte:** O autor.

Os dados do gráfico acima revelam a maior quantidade de homens em relação às mulheres em todos os espectros ideológicos. No entanto, é à esquerda que a participação feminina é mais expressiva, com 25%, seguida pela direita com 15% e o centro com 7%.

Nesse quesito, deduz-se que a esquerda é mais “inclusiva” do que os outros blocos ideológicos. Porém, observando as variações por partido, percebe-se que foram o PT e o PTB, duas agremiações localizadas em locais diferentes do espectro ideológico, que mais mulheres recrutaram.

A tabela abaixo detalha os resultados por partido:

Tabela 3 - Número de homens e mulheres nas Executivas do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	DEM
Feminino	35	5	5	12	5	20	18
Masculino	65	95	95	88	95	80	82
Total	58	23	136	43	18	31	16

Fonte: O autor

Detalhando os dados sobre a participação feminina por partido, fica evidente as diferenças que existem dentro dos blocos ideológicos. O PT é expressivamente o partido que mais mulheres recrutou para o comando, com 35% de eleitos do sexo feminino. Uma das possíveis explicações para o fato é o mecanismo de cota que o partido adota.

Embora o PDT também defina em seu estatuto 30% da representação de mulheres, esse número não é o que aparece nas suas Executivas<sup>23</sup>. Nesse sentido, dentro da esquerda parece que a origem do partido tem mais influência sobre a representação feminina, pois o PT tem desde a sua origem uma maior relação com o movimento feminista, como mostra Ribeiro (2008, p.164)<sup>24</sup>.

O PMDB, como a tabela mostra, teve em todo o período 5% dos cargos ocupados por mulheres, número menor que o seu parceiro ao centro, o PSDB, que teve 12%.

Já a direita apresentou taxas mais altas que ambos os partidos de centro e maiores do que as do PDT. A participação de mulheres no comando do DEM e PTB chegam a 18% e 20%, respectivamente.

<sup>23</sup> De acordo com o estatuto do partido: Art. 26 - O PDT, na composição de todos os seus órgãos dirigentes e nominatas de candidatos a cargos eletivos, marcará a sua preferência pela de companheiros/as com razoável tempo de filiação e provindos das classes pobres e dos excluídos, com o necessário preparo pessoal ou representação social, entre trabalhadores, agricultores, assalariados em geral, sindicalistas, profissionais, pequenos empresários, aposentados, jovens, negros e mulheres, devendo, na composição de tais órgãos e nominatas, atingir um mínimo de trinta por cento (30%) de mulheres. (Estatuto PDT, 1999).

<sup>24</sup> Isso não significa que as mulheres ocupem a mesma quantidade de cargos que os homens.



O fato de ter sido constatada a baixa presença de mulheres não autoriza a interpretação de que existem “filtros” formais no interior dos partidos que bloqueariam a passagem feminina para o comando das siglas. Como explica Norris (1997), utilizando a metáfora de oferta e demanda no entendimento do processo de recrutamento, a baixa presença feminina é constatada já no lado da oferta, pois as mulheres podem não querer se lançar na vida política, por razões diversas, e a própria estrutura social seria um dos primeiros impedimentos para a condição de aspirante a algum cargo público.

Nesse sentido, os dados sobre a participação feminina apresentam diferenças entre os blocos ideológicos, porém se observam variações dentro dos próprios partidos, sendo que a localização no espectro ideológico não é um fator determinante para a presença de mais ou menos mulheres nessa esfera de comando. O PMDB teve em todo o período uma taxa de 5% de participação feminina, o mesmo encontrado no PP e PDT, todos localizados em espectros ideológicos diferentes.

As baixas taxas encontradas, em que se pesem a maior presença de mulheres no PT e PTB, revelam que o espaço político no Estado ainda é predominantemente dominado por homens.

### 3.4.1 ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS

A presença de políticos com curso superior é algo já constatado na literatura sobre elites há algum tempo. Em um estudo clássico da área, Carvalho (2003) apresentava a tese sobre a formação intelectual das elites imperiais no país. Uma série de outros estudos dizem o mesmo sobre a escolaridade do pessoal político. Por exemplo, os trabalhos de Neiva e Izumi (2012) sobre o Senado Federal e mesmo Costa & Codato (2013) já apresentaram a alta presença de políticos com nível superior. Adorno (1988) destacou o papel que os cursos de direito tinham sobre a classe política e, para a Câmara Federal, os trabalhos de Rodrigues (2002, 2006) também vão no mesmo sentido<sup>25</sup>.

Se os estudos sobre elites políticas destacam a posse do diploma de nível superior como um elemento necessário para a condição de elite, na literatura sobre

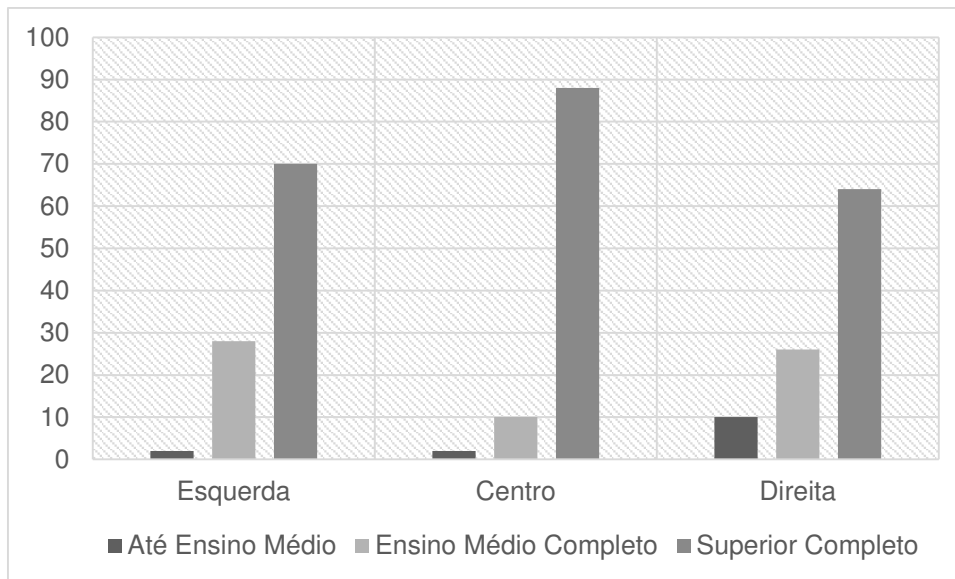
---

<sup>25</sup> E de acordo com Unzué (2012), a evocação a um passado universitário é um atributo valorizado por parte dos parlamentares brasileiros.

partidos políticos, Michels (1982) foi um dos primeiros a destacar que os cursos realizados pelos operários serviam como um dos elementos que contribuía para a separação deles das “massas”.

Mesmo que os cursos dos quais o autor falava sejam diferentes dos que analisamos, os dados abaixo revelam a alta escolaridade dos dirigentes dos partidos selecionados na análise<sup>26</sup>.

Gráfico 2 - Escolaridade dos membros das Executivas Estaduais por bloco ideológico (%)



**N:** Esquerda (81), Centro (179), Direita (65). Fonte: O autor.

**Sem informação:** Esquerda (18) Centro (39), Direita (24)

Os dados da tabela acima mostram que todos os espectros ideológicos tendem a ter lideranças com o nível superior completo, o que aproxima as elites partidárias das parlamentares e demais tipos de elites políticas. Por essa razão, a variável localização no espectro ideológico não distingue as agremiações nesse quesito.

Entretanto, detalhando os resultados por partido, é possível perceber algumas nuances entre Executivas.

<sup>26</sup> Ao longo do texto as variáveis apresentam diferença na parte “sem informação”. Isso se deve ao fato de as fontes de pesquisa nem sempre terem todas as informações do mesmo indivíduo. As porcentagens do trabalho foram feitas considerando os resultados disponíveis. O número de sem informação foi particularmente alto entre os cargos de vogais e tesoureiro.

Tabela 4- Escolaridade dos membros da Executiva do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	DEM
Até Ensino Médio	5		1	7			30
Ensino Médio Completo	30	25	4	28	25	35	15
Superior Completo	65	75	95	65	75	65	55
Total	43	20	100	40	8	20	13

**N:** PT (58), PDT (23), PMDB (136), PSDB (43), PP (18), PTB (31), DEM (16). Fonte: O autor.

Sem informação: PT (15), PDT (3), PMDB (36), PSDB (3), PP (10), PTB (11), DEM (13).

Dos partidos políticos analisados, o PMDB é o que possui entre os seus dirigentes a maior taxa de indivíduos com nível superior completo, com uma taxa de 95%, sendo seguido pelo PDT e o PP, ambos com 75%. Essas taxas revelam que os espectros ideológicos se assemelham também nesse quesito.

Os partidos que possuem um nível considerável de lideranças com até Ensino Médio completo ou menor escolaridade foram o DEM e o PT. Embora os petistas e os democratas se aproximem nesse quesito, a composição social dos dois se diferencia quando acrescentamos à discussão a variável origem social. Como se apresentará, o Democratas e mesmo os representantes do PSDB que têm Ensino Médio completo (28% para esses), são no geral originários do empresariado ou produtores rurais.

Os dados de escolaridade dos dirigentes partidários do Mato Grosso do Sul confirmam o que os trabalhos de elites afirmam sobre a classe política, esta que é composta por indivíduos com alta escolaridade, sendo o alto grau de instrução um atributo fundamental para a condição de elite.

### 3.4.2 ORIGEM SOCIAL DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NO MATO GROSSO DO SUL

No início do texto afirmou-se que a análise da composição social dos membros será baseada nos critérios de Rodrigues (2002, 2006), a saber, a última ocupação desempenhada pelo indivíduo antes da sua entrada na política. Como lembra o autor em relação à utilização de tal critério:

A escolha da última atividade econômica ou emprego privado ou público oferece uma indicação do *status* social dos parlamentares antes da adoção da política como profissão. Ela oferece também uma indicação da fonte de recrutamento político e do meio social de onde veio determinado deputado. (Rodrigues, 2006, p.11)

Assim sendo, com base nesses critérios tem-se um ponto de partida para o recrutamento político. A divisão que o autor faz em torno das ocupações sociais são 11, sendo elas: empresários, profissões liberais, profissões intelectuais, magistério, funcionários públicos, comunicadores, empregados não manuais em serviço, trabalhadores industriais qualificados, lavradores, pastores e padres, políticos e sem informação. (Rodrigues, 2002, p.161-2,3). Essas categorias, que podem ser encontradas no trabalho do autor, não são as únicas formas de organização e apresentação dos dados utilizadas por ele.

Ao longo dos dois textos de Rodrigues (2002 e 2006), as ocupações são apresentadas de forma diferenciada. Por exemplo, os empresários se subdividem em empresário rurais, urbanos e mistos. Os professores, que poderiam ser inclusos na categoria magistério, também são estratificados em professores de ensino superior ou outros professores.

Em que se pesem as várias formas de classificação das profissões, é importante destacar que, além dos trabalhos citados que servem de base para a pesquisa, existem várias formas de classificar as profissões ou ocupações antes da entrada na política. Algumas propostas podem ser encontradas em textos de autores como Fleischer (1981), Braga (1998), Veiga, Míriade, Braga (2009) e, especificamente sobre PMDB, há o trabalho de Menhelm (1998), entre outros<sup>27</sup>.

O objetivo desta pesquisa não é apresentar uma versão definitiva e propor alguma classificação ou codificação para os estudos de elites políticas. A partir dos estudos de Rodrigues (2002 e 2006), organizou-se e classificou-se as seguintes categorias sociais e os seus representantes: *agricultor*: pequenos agricultores; *comerciantes*: profissionais que se declaram comerciantes; *profissionais liberais*: engenheiros, médicos, advogados; *profissão intelectual*: economistas, sociólogos,

---

<sup>27</sup> Fleischer (1981) apresenta a sua classificação com base nos critérios do IBGE e lista nove opções. Braga, Veiga e Míriade (2009), também trabalham com categorias próprias, além de várias outras classificações que podem ser encontradas nos estudos de elites políticas. Opta-se pela de Rodrigues (2002) para que seja possível a comparação do presente trabalho com os dados do autor.

dentistas, agrônomos, entre outros; *magistério*: professores de todos os níveis de ensino; *empresário*: empresários de todos os ramos; *administrador de empresa*: dirigentes de empresas de todos os tamanhos; *produtor rural*: produtores rurais, pecuaristas; *comunicador*: jornalistas, radialistas, profissionais relacionados aos meios de comunicação; *trabalhador não manual em serviço*: bancários e profissões técnicas; *líder religioso*: padre ou pastor; *funcionário público*: funcionários públicos de todos os escalões; *políticos*: indivíduos que não ocuparam nenhuma outra profissão; *trabalhador manual*: motoristas e donas de casa; *outros*: foram os casos de dados recolhidos no TSE, em que o candidato informa outro .

Assim, a origem social dos membros das executivas do PMDB e dos demais partidos sinalizam:

Tabela 5 - Ocupação dos dirigentes partidários por bloco ideológico (%):

	Esquerda	Centro	Direita
Administrador de empresa	2	1	
Agricultor		1	
Comerciante	5		7
Comunicador		3	
Empresário	2	12	16
Funcionário Público	18	1	7
Líder Religioso			2
Magistério	23	6	7
Outros	10		5
Político	2	1	2
Produtor Rural	3	14	12
Profissão intelectual	18	5	5
Profissional Liberal	10	55	35
Trabalhador Manual	5		2
Trabalhador não manual em serviço	2	1	
Total	62	143	43

N: Esquerda (81), Centro (179), Direita (65). Fonte: O autor.

Sem informação: Esquerda (19), Centro (36), Direita (22).

Os dados da tabela revelam que a maior parte dos dirigentes partidários do Mato Grosso do Sul são oriundos das profissões liberais, do empresariado e também da classe de produtores rurais. As diferenças entre os blocos ideológicos são mais nítidas quando se compara a esquerda em relação ao centro e à direita, pois esses dois últimos possuem um recrutamento semelhante.

A hipótese de Rodrigues (2002, 2006) se confirma para os dirigentes partidários à medida que os dados da pesquisa revelam, por exemplo, 23% de professores entre a esquerda, apenas 6% e 7% da mesma categoria no centro e na direita, respectivamente. Nesses partidos, além dos profissionais liberais que ocupam presença considerável, empresários e produtores rurais somaram 28% na direita e 26% no centro.

O agrupamento em torno dos partidos PSDB e PMDB ao centro do espectro ideológico sugere que esses partidos têm um perfil muito próximo à direita. Embora possa parecer que o centro seja igual à direita, a observação dos dados em termos dos partidos tomados isoladamente revela aspectos que diferenciam as legendas, como pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 6 – Ocupação dos dirigentes partidários PT, PDT, PSDB, PMDB, DEM, PP e PTB (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	DEM
Administrador de empresa		5		2			
Agricultor			1				
Comerciante	7					15	
Comunicador			4				
Empresário	2		5	27	10	10	31
Funcionário Público	12	30	2	5	20	5	
Líder Religioso					10		
Magistério	36		8		10		15
Outros	14					10	
Político		5	2			5	
Produtor Rural		10	6	32	10		31
Profissão Intelectual	18	20	4	7		10	
Profissional Liberal	2	30	66	27	40	40	23
Trabalhador Manual	7					5	
Trabalhador não manual em serviço	2		2				
Total	42	20	102	41	10	20	13

**N:** PT (58), PDT (23), PMDB (136), PSDB (43), PP (18), PTB (31), DEM (16). Fonte: O autor.

Sem informação: PT (16), PDT (3), PMDB (34), PSDB (2), PP (8), PTB (13), DEM (3).

Com base nos dados da tabela, fica evidente que existem diferenças significativas dentro dos blocos ideológicos. A começar pela esquerda, as diferenças entre o PDT e PT são relevantes; enquanto o primeiro possui 10% de produtores rurais, os petistas não possuem nenhum. Os pedetistas possuem 30% de profissionais liberais, 30% de funcionários públicos e 20% de setores oriundos das profissões intelectuais.

O PDT se aproxima de um partido de centro no que toca à essa função específica do recrutamento dos seus dirigentes e não de um partido de esquerda, haja vista a forte presença das “camadas médias” no comando da máquina partidária.

Em relação à composição social dominante dos peemedebistas, os dados ressaltam o papel dos profissionais liberais. A investigação revelou 66% de dirigentes oriundos das profissões liberais, sendo, portanto, engenheiros, médicos e advogados

os membros da composição social dominante do partido. Além disso, também é possível identificar outras profissões, com porcentagens menores, como empresários, produtores rurais, e professores.

Diferente do PMDB que teve como composição social dominante os profissionais liberais, o PSDB possui 27% de empresários entre os seus chefes e 32% de produtores rurais, profissões mais próximas das “camadas altas”.

Ainda que o PSDB tenha entre as suas lideranças 27% de profissionais liberais, os setores dominantes na legenda são os empresários e produtores rurais, sendo que, nesse caso, o partido estaria mais próximo a uma legenda de direita.

Por último, a direita, representada por DEM, PTB e PP, teve um recrutamento mais próximo ao centro. Dos três, o Democratas foi o partido em que os empresários e proprietários rurais eram a composição social dominante. Já PP e PTB, têm entre as suas elites partidárias uma composição com 40% de profissionais liberais, 10% funcionários públicos e também outras profissões em menor medida, como 15% de comerciantes.

Os dados das Executivas revelam diferenças quanto à composição social dominante das lideranças partidárias entre os espectros ideológicos e também destacam quais são as profissões que na literatura se apresentam como as propícias à entrada na política. As altas taxas de profissionais liberais, empresários e professores, são exatamente as mesmas profissões que mais se lançam na política. Dentre as razões para isso, Dogan (1999), por exemplo, afirma que seriam essas as que teriam o domínio da fala, da comunicação escrita, profissões que desenvolveriam qualidades úteis para o mundo político. Em relação a essas mesmas profissões, Norris & Lovenduski (1997) ressaltam o fato de trabalharem com jornadas flexíveis, o que os autores definem como as *brokerage occupations*.

A composição dos partidos confirma a hipótese de que a localização no espectro ideológico é uma das variáveis explicativas para a compreensão da composição social dos partidos, embora as diferenças no interior do bloco partidário sugiram também o papel de outros aspectos, como por exemplo, na esquerda a questão da origem do partido parece ser tão importante quanto, pois as diferenças entre o PT e o PDT revelam aquele mais próximo às camadas médias e baixas, e esse um partido com um perfil mais de centro, nos termos da hipótese do trabalho.

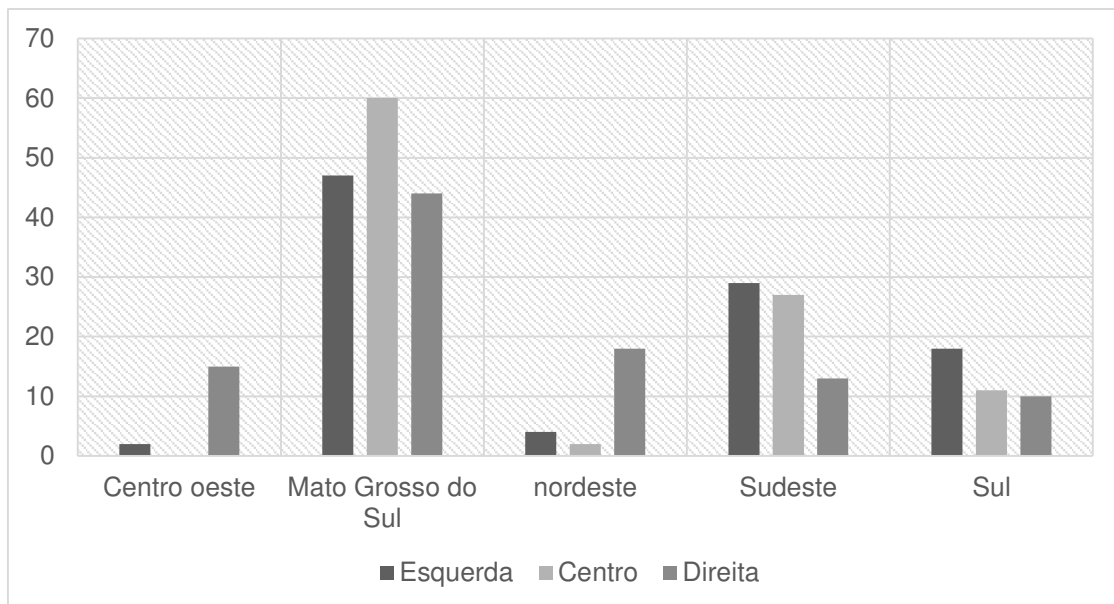


### 3.4.3 ORIGEM GEOGRÁFICA DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS

O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado em 1977, em pleno regime militar. Embora seja fruto de um ato de um governo autoritário, existia à época, no Sul do Estado do Mato Grosso, uma movimentação política das elites da região para a separação do norte (atual Mato Grosso) e para a criação de um novo Estado, atual Mato Grosso do Sul.

A variável origem geográfica, que se apresentará, separa os dirigentes partidários de acordo com as regiões em que nasceram. O gráfico abaixo<sup>28</sup> destaca a presença dos sul-mato-grossenses à frente das principais agremiações do estado:

Gráfico 3 - Origem Geográfica dos Dirigentes Partidários do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM



**N:** Esquerda (81), Centro (179), Direita (65). Fonte: O autor.

**Sem informação:** Esquerda (26), Centro (44), Direita (26)

Conforme o gráfico, fica claro que a maior parte dos chefes partidário são naturais do próprio Mato Grosso do Sul. De todos os membros, as taxas ficaram em 60% para o centro, 47% para a direita e 44% para a esquerda.

<sup>28</sup> Foram considerados os dados aos quais se teve acesso, como explicado antes. Além deles, ficou faltando inserir um dos dirigentes que nasceu na Itália: André Puccinelli.

Relacionando esses achados com a variável partido político, objetivando-se perceber se existem diferenças em relação à origem geográfica entre as agremiações selecionadas, encontra-se a seguinte situação:

Tabela 7 - Origem Geográfica dos dirigentes partidários do PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PTB e DEM (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	DEM
Mato Grosso do Sul	51	40	63	51	50	55	18
Centro-oeste	3				13	20	9
Nordeste	6		4		12		55
Sudeste	31	25	24	35		20	9
Sul	9	35	9	14	25	5	9
Total	35	20	95	37	8	20	11

**N:** PT (58), PDT (23), PMDB (136), PSDB (43), PP (18), PTB (31), DEM (16). Fonte: O autor.

Sem informação: PT (23), PDT (3), PMDB (41), PSDB (6), PP (10), PTB (11), DEM (5).

Tomados os partidos isoladamente, as diferenças são consideráveis, embora ainda seja possível constatar a presença de sul-mato-grossenses à frente do PMDB, PSDB, PTB e mesmo o PT com 51% das suas lideranças naturais do próprio MS, os partidos que mais indivíduos possuem de fora da região são o DEM e o PDT.

O Democratas no Mato Grosso do Sul possui 54% de dirigentes do nordeste, região em que o partido teria surgido (TAROUCO, 1998). Além disso, o partido também conta com 10% de chefes do sudeste e a mesma quantia do sul do país.

Curiosamente, o PDT, partido que também possui entre os seus dirigentes uma alta taxa de pessoas de outros estados, tem na sua executiva uma alta taxa de membros originários da região sul. Dos integrantes da instância, 35% são do sul do país, 25% são do sudeste.

Já o PMDB destaca-se pela predominância de políticos naturais da própria região centro-oeste e, no caso desses que são do próprio Mato Grosso do Sul, também fica constatada a presença de pessoas oriundas da própria capital. Alguns dos políticos do Estado eram membros de famílias tradicionais do MS, como foi o caso do citado Lúdio Coelho. Além dele também há os irmãos Wilson Barbosa Martins e

Plínio Barbosa Martins, que tinham como tio-avô Vespasiano Barbosa Martins, político engajado no movimento que lutou pela separação do Estado.

Os dados sobre a origem geográfica dos dirigentes confirmam que o estado possuía uma classe política própria e os partidos com maiores dirigentes de outras regiões foram o PDT e o Democratas. O PMDB, além de possuir entre os seus dirigentes famílias tradicionais do próprio Mato Grosso do Sul, teve uma alta taxa de naturais do próprio estado e da região centro oeste de uma forma geral.

#### 3.4.4 IDADE DE ENTRADA NO CARGO

Por último, no que toca a idade dos membros das Executivas, os achados da pesquisa sinalizam para uma concentração de dirigentes na faixa entre 45 a 59 anos, conforme a tabela:

Tabela 8 - Idade de Entrada no Cargo dos dirigentes partidários (%)

	Esquerda	Centro	Direita
25 a 34 anos	6	1	5
35 a 44 anos	38	33	14
45 a 59 anos	50	52	43
Mais de 60 anos	6	14	38
Total	47	121	37

**N:** Esquerda (81), Centro (179), Direita (65). Fonte: O autor.  
Sem informação: Esquerda (34), Centro (58), Direita (28)

Conforme os dados da tabela 18, a maior concentração das lideranças se dá na faixa dos 45 a 59 anos, mas mesmo assim ainda é possível encontrar diferenças em termos de blocos ideológicos. Existe, com base nos dados acima, a tendência à uma direita e centro mais envelhecidos do que a esquerda.

Os dados ficam mais detalhados quando tomamos os partidos isoladamente, conforme a tabela abaixo:

Tabela 9- Idade de entrada no Cargo: PT, PDT, PSDB, PMDB, DEM, PP e PTB (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	DEM
25 a 34 anos	10			3		10	
35 a 44 anos	48	22	37	22	17	20	
45 a 59 anos	42	61	48	63	67	30	55
Mais de 60 anos		17	15	12	16	40	45
Total	29	18	89	32	6	20	11

**N:** PT (58), PDT (23), PMDB (136), PSDB (43), PP (18), PTB (31), DEM (16). Fonte: O autor.

Sem informação: PT (29), PDT (5), PMDB (47), PSDB (11), PP (12), PTB (11), DEM (5).

Observando então a idade dos dirigentes na ocasião da entrada no cargo, ficam evidentes as diferenças entre os partidos do mesmo bloco ideológico. Na direita, o DEM tem na faixa etária de mais de 60 anos, com 45% nessa categoria e 55% entre 45 a 59 anos. O PTB também possui 40% dos dirigentes com mais de 60 anos e 30 dirigentes na categoria entre 45 a 49 anos.

Já o PMDB se concentra na faixa de 45 a 59 anos, mas possui também uma elevada taxa de 35 a 44 anos entre os seus dirigentes. Ainda no centro, os dados do PSDB se diferenciam dos peemedebistas por se concentrarem na faixa etária dos 45 a 59 anos e terem apenas 12% de dirigentes com mais de 60 anos.

À esquerda do espectro ideológico, a Executiva mais jovem é a do PT, que não conta com nenhum membro com mais de 60 anos e se distribui mais proporcionalmente entre nas faixas etárias de 35 a 44 anos e 44 a 59 anos. O PDT tem maioria entre 44 a 59 anos, tendo 61% dos seus líderes concentrados nessa faixa etária.

Esses dados sugerem que é preciso ter alguma experiência política antes da chegada ao comando da máquina partidária de uma forma geral, haja vista a concentração em torno dos 45 a 59 anos de idade. Além disso, embora não existam os dados relativos aos “vencidos” das Executivas, as altas taxas de um pessoal político com mais de 60 anos pode ser um indicativo de que é preciso passar um longo tempo dentro do partido para se chegar ao comando, ou ainda que as legendas são dominadas por um pessoal mais antigo dentro das instituições e que o posto não está aberto para “novatos”.

### 3.5 OS DIRIGENTES DOS PRINCIPAIS PARTIDOS DO MATO GROSSO DO SUL

Os dados da pesquisa têm revelado que o PMDB foi composto majoritariamente por: homens (95%), com formação universitária (95%), no geral oriundos das profissões liberais (66%), naturais do próprio Mato Grosso do Sul e situados na faixa etária entre 45 a 59 anos.

Embora o PMDB tenha sido a legenda em que os profissionais liberais foram a composição social dominante, eles também estiveram presentes em todos os espectros ideológicos. Por exemplo: no PDT as taxas foram de 30%, 27% no PSDB, 40% no PP e no PTB e 23% no DEM, sendo o PT o partido que menos recrutou, com 2%.

Comparado aos demais partidos da pesquisa, ficaram evidenciadas diferenças consideráveis, como em relação ao Partido dos Trabalhadores e ao Democratas. O PT teve entre os seus dirigentes 36% de professores, 18% de profissões que exigem nível superior e também 12% de funcionários públicos. Os dados revelam que a Executiva do partido foi a mais próxima das camadas médias e baixas. O DEM, por outro lado, teve entre os seus dirigentes 31% de empresários e a mesma quantidade de produtores rurais, revelando um recrutamento entre as camadas médias e altas.

As categorias sociais à frente das duas agremiações sugerem que as diferenças entre as legendas sejam fruto da localização no espectro ideológico e da origem dos partidos, sendo o PT um partido mais próximo a noção de partido de massas de Duverger (1980) e o DEM um partido de quadro, conforme o mesmo autor.

Além da composição social, em todos os partidos foi possível constatar que as mulheres participam de um setor sub-representado. O PT foi a agremiação com mais dirigentes do sexo feminino, o que em grande medida pode ser reflexo da política de cotas adotada pela legenda.

A escolaridade dos dirigentes e a idade média de entrada nos cargos têm apontado para o que os estudos de elites políticas dizem sobre o pessoal político: políticos com idade média de 45 a 59 anos, e com formação superior.

Já os dados sobre a origem geográfica revelaram uma forte tendência a dirigentes do próprio MS, embora partidos como o PT tenham apresentado uma tendência a dirigentes naturais de outras regiões, em especial do sudeste do país.

Assim, até aqui demonstraram-se como foram as variações ocorridas nas instâncias dos partidos da análise, com destaque para o PMDB, e investigaram-se as

origens sociais dos dirigentes dos partidos. No capítulo seguinte, se reproduz a mesma estratégia, porém em outros cargos: deputados estaduais, federais e senadores, com o intuito de se testar a mesma hipótese que tem estruturado a pesquisa.

#### **4. A ELITE PARLAMENTAR DO PARTIDO: ORIGEM SOCIAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, FEDERAIS E SENADORES**

Os capítulos anteriores foram dedicados à apresentação do partido e à análise da composição social dos seus dirigentes, com base na hipótese anunciada no começo do trabalho. Seguindo a mesma hipótese, esse capítulo busca apresentar os resultados da investigação sobre a composição social dos deputados federais, deputados estaduais e senadores, eleitos entre os anos de 1978 a 2010 no Mato Grosso do Sul.

A análise recai sobre as mesmas variáveis: gênero, partido político, faixa etária, escolaridade, ocupação antes da entrada na política. As bancadas dos outros partidos foram agrupadas em torno das categorias: centro, esquerda e direita, e serão analisadas em comparação com as do PMDB.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira é uma breve apresentação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS), e da representação do Estado no Congresso Nacional, que revela como ficou a distribuição das cadeiras por bloco ideológico nesses cargos.

Depois, são apresentadas as características sociais dos peemedebistas tanto na ALMS, quanto os eleitos para o Congresso Nacional, nas variáveis já anunciadas. Por fim, retomamos os resultados da investigação reveladas no segundo capítulo sobre os dirigentes partidários com os dados sobre os parlamentares eleitos.

##### **4.1 A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MATO GROSSO DO SUL E A REPRESENTAÇÃO DO ESTADO NO CONGRESSO NACIONAL**

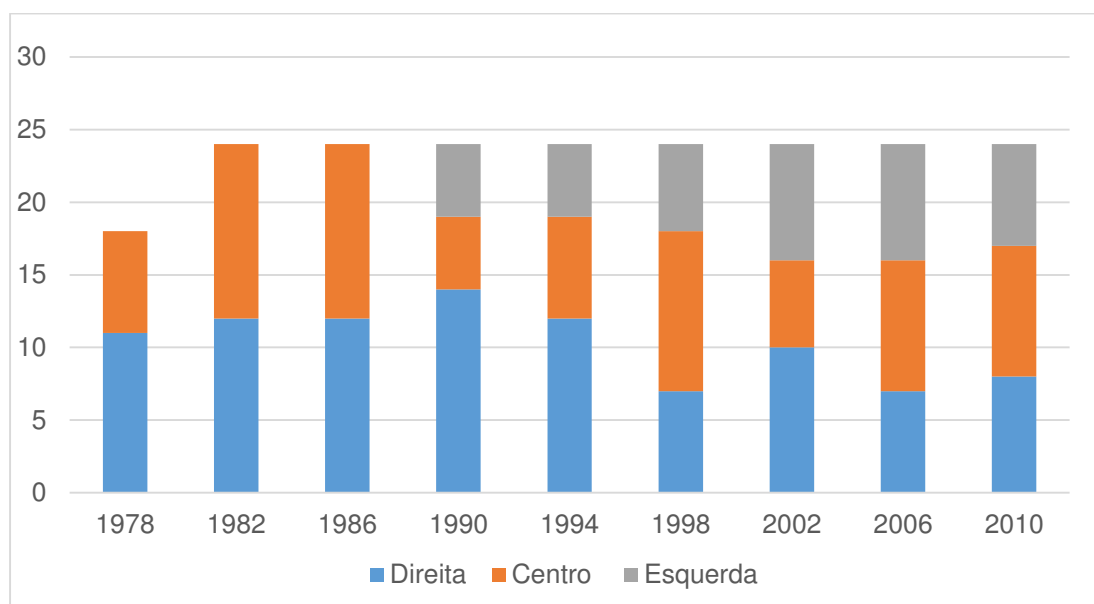
Desde a criação do Estado, foram realizadas 9 eleições para os municípios e 9 eleições para o legislativo estadual e federal. A primeira constatação sobre a composição social da ALMS e dos representantes do Estado no Congresso Nacional é de que as cadeiras foram ocupadas prioritariamente por partidos de centro PMDB e partidos de centro-direita, ou direita (PFL, PTB, PP, PL, PDS). Das 210 vagas em disputa, os peemedebistas foram os maiores vitoriosos, tendo conquistado quase um

quarto das vagas da Casa, sendo seguidos pelo PTB e pela antiga Arena que elegeram 24 deputados cada<sup>29</sup>.

Os partidos que conquistaram cadeiras no MS foram agrupados da seguinte maneira: *na direita*: Arena, PDS, PFL, PTB, PP, PRTB, PR, PRN, PL, PSD, PT do B, PSL, PMN, PST; *no centro*: PMDB e PSDB; e *na esquerda*: PT, PDT, PSB, PPS.

O gráfico abaixo ilustra como ficou a distribuição de cadeiras na Assembleia, em relação aos blocos ideológicos:

Gráfico 4 - Número de deputados estaduais eleitos por bloco ideológico na ALMS (1978-2010)



Fonte: O autor.

Além da constatação de que os partidos de direita e centro foram os mais bem sucedidos em termos eleitorais, cabe destacar também que a ascensão da esquerda se processa a partir de 1998. Uma outra observação importante em relação aos resultados eleitorais da ALMS, é que o número de reeleitos em todo o período tem aumentado.

Da primeira composição da Assembleia, dos 18 deputados, apenas 7 são eleitos em 1982, A terceira Legislatura (1987 à 1991) mantém 10 deputados oriundos

<sup>29</sup> Para a realização dessa parte do trabalho, o número de cadeiras foi considerado como o número de deputados. Quando um deputado havia sido eleito em uma primeira eleição e na seguinte foi eleito pelo mesmo partido ou por outro, ele foi contado duas vezes.

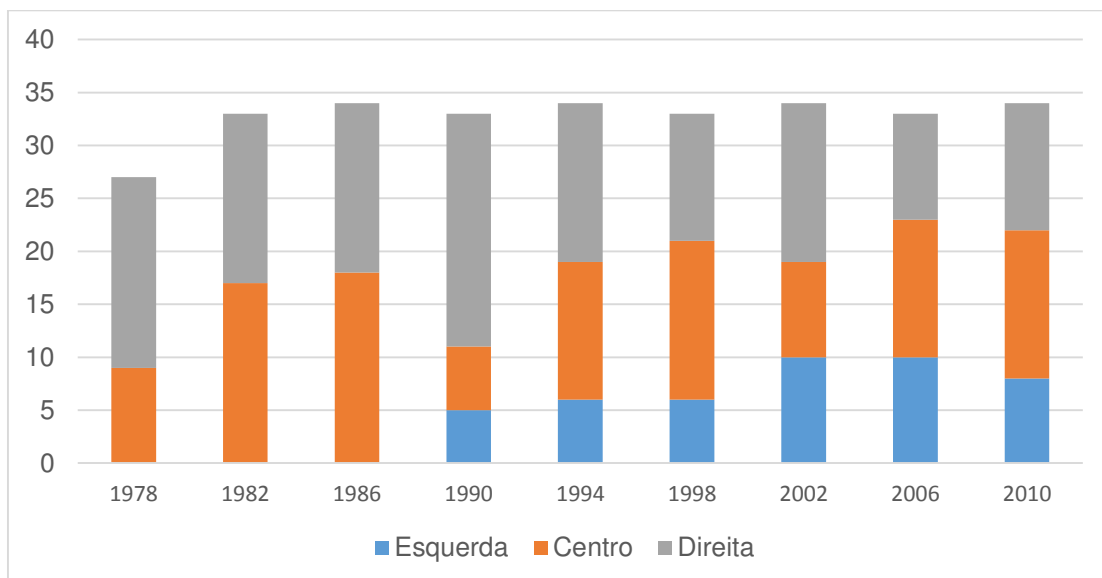


do pleito de 1982, o que revela uma taxa de reeleição de 42% do total das cadeiras disponíveis. A menor taxa de reeleição é a de 1990, a quarta Legislatura de 1992 à 1995, que manteve apenas 29% dos deputados<sup>30</sup>.

A reeleição dos deputados passa a ser de 42% na quinta legislatura, 50% na sexta, 58% na sétima e 54% na oitava e nona legislatura. Esses dados revelam que existe uma grande renovação na casa e sugerem que a mesma não está fechada para “outsiders”.

Os deputados federais e senadores eleitos pelo Estado seguem a tendência encontrada entre os deputados estaduais: foram, de um modo geral, oriundos dos partidos de centro e direita. O gráfico abaixo ilustra como ficou a distribuição das cadeiras por bloco ideológico.

Gráfico 5- Deputados Federais e Senadores eleitos no Mato Grosso do Sul (1978-2010)



Fonte: O autor.

Até o pleito de 1986, os partidos de direita e centro conquistaram todas as cadeiras. A esquerda conquista as primeiras cadeiras na década de 1990 e tem um

<sup>30</sup> Esses dados foram calculados com base no número de eleitos em uma legislatura que continuam em outra legislatura. Dessa forma, se o resultado foi de 12 novos parlamentares, a taxa de renovação é de 50%.

avanço na sua representação a partir do ano de 2002, porém ainda é possível afirmar que os partidos de centro e direita mantêm os maiores resultados.

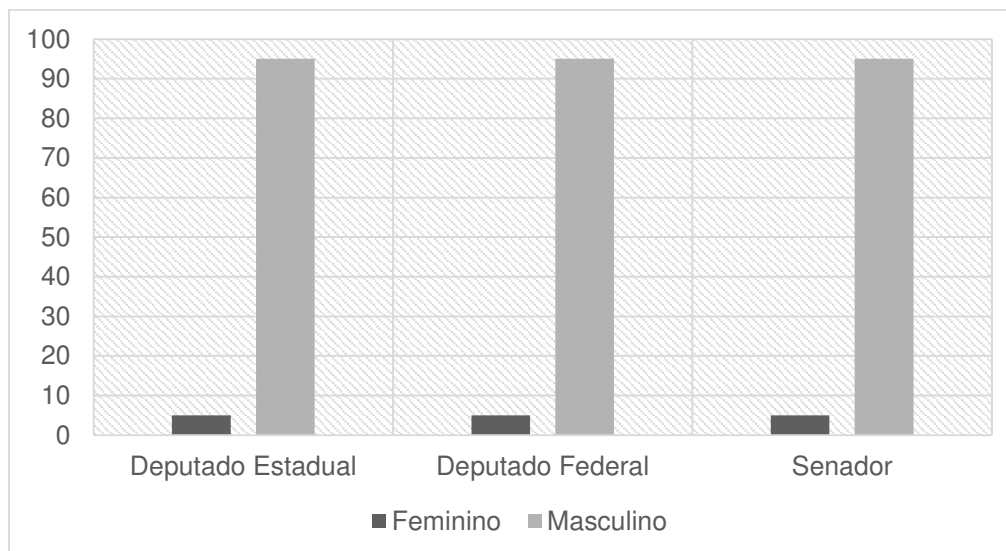
Assim, a tendência do Estado foi enviar para os legislativos estaduais e federais representantes desses setores, centro e direita, e é sobre essas bancadas que se realizará a análise em comparação com as do PMDB.

#### 4.2 GÊNERO DOS DEPUTADOS E SENADORES

A análise sobre a quantidade de homens e mulheres entre os parlamentares eleitos se aproxima dos achados referentes aos dirigentes partidários do capítulo anterior e também em relação ao que os estudos de elites políticas têm revelado sobre as características sociais dos eleitos.

O gráfico abaixo mostra como o percentual de homens eleitos é elevado em relação ao de mulheres.

Gráfico 6 – Homens e mulheres eleitos no Mato Grosso do Sul (1978-2010) (%)



N: Deputado Estadual (210), Deputado Federal (70), Senador (15). Fonte: O autor.

O baixo número de mulheres na política, como já apresentado no capítulo anterior, pode em grande medida se dar no lado da oferta, nos termos de Norris (1997). Isso significa que outros filtros podem operar no sentido de barrar a entrada

das mulheres, como, por exemplo, o pouco tempo disponível para entrada na política<sup>31</sup>.

A presença de mais homens do que mulheres, tanto na política estadual quanto na federal, não é uma característica própria do MS. No que toca à política estadual, observando os dados em relação à Assembleia Legislativa do Paraná apresentados por Perissinotto, Costa & Tribess (2009, p. 290), encontram-se aproximadamente 3% de mulheres entre os deputados eleitos no período de 1995 a 2006, número muito próximo dos achados entre os deputados estaduais da presente pesquisa, que revelou 5% de mulheres.

Em relação à representação para a Câmara Alta, os dados seguem a mesma tendência. Apenas uma mulher chegou ao posto, sendo ela uma professora que havia ocupado o cargo na Executiva do PMDB, mas foi eleita depois pelo PSDB.

Comparando os resultados da pesquisa com o que acontece no restante do país, merece destaque o fato que a figura feminina é ainda mais sub-representada no Mato Grosso do Sul do que no restante do país. O fato pode ser constatado pois, de 1986 a 2010, Costa & Codato (2013, p. 119) encontram dentre os 240 senadores eleitos do período um número de 24 mulheres, ou seja, 10% no período. Nesse sentido, o Estado possui 5% a menos de presença feminina.

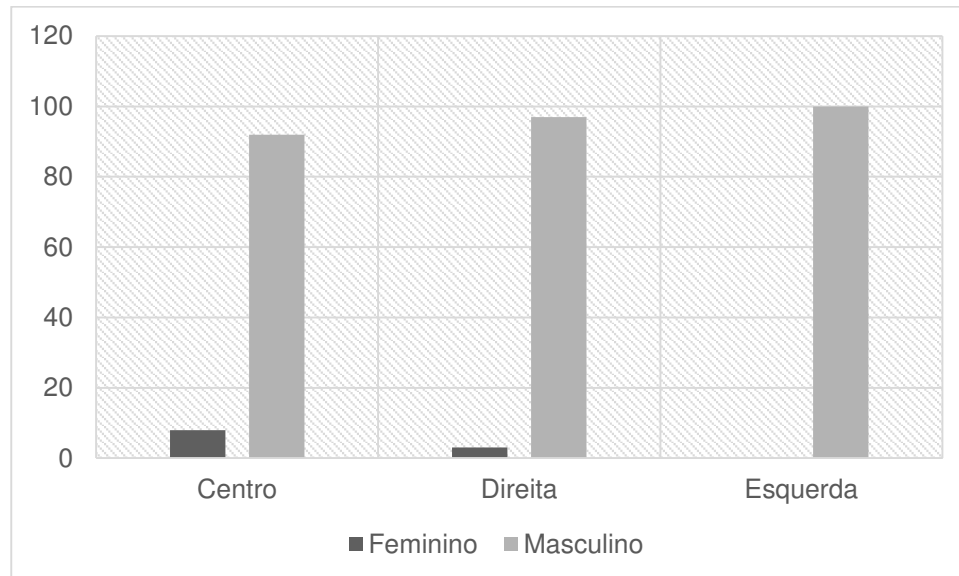
Já entre os deputados federais estudados na pesquisa, o número de cadeiras foi maior: 70, em comparação às 15 do Senado. Mesmo com uma oferta maior de cadeiras, a taxa se manteve em 95% de homens eleitos.

Ainda merecem destaque as diferenças por bloco ideológico. Os dados do gráfico revelam a ausência de eleitas por partidos de esquerda.

---

<sup>31</sup> Em outro texto, Norris (2013) aprofunda alguns aspectos sobre a participação feminina na representação parlamentar de vários países, discutindo, entre outras coisas, o impacto das cotas para aumentar o número de mulheres eleitas.

Gráfico 7- Número de Homens e mulheres por bloco ideológico (%)



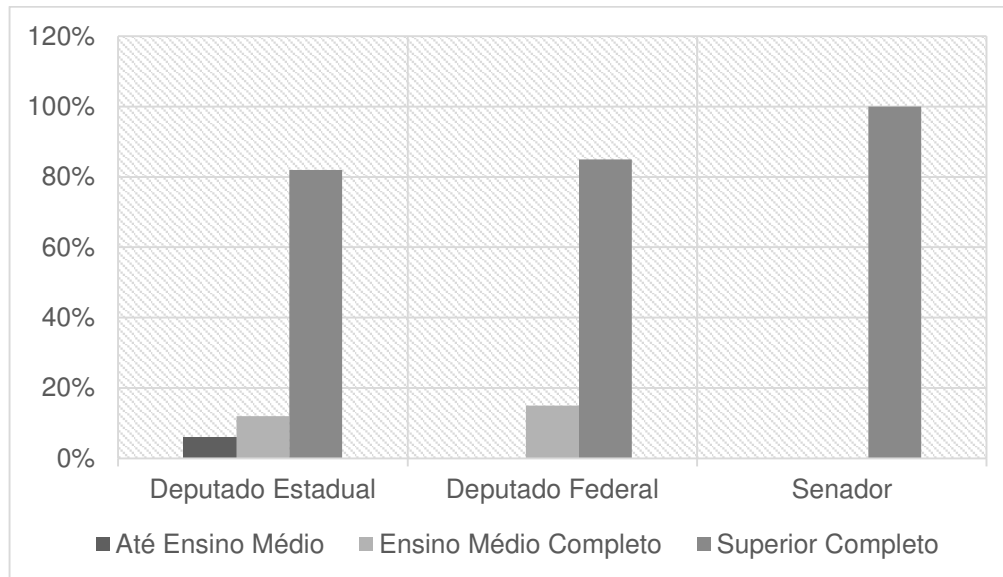
**N:** Esquerda (53), Centro (114), Direita (128). Fonte: O autor.

O gráfico acima mostra como os partidos de esquerda não conseguiram eleger nenhuma mulher para os cargos pleiteados. Ao contrário do que havíamos encontrado entre os dirigentes partidários, por exemplo o PT, que era uma das legendas com as maiores taxas de mulheres, aqui, entre os parlamentares, nenhuma mulher foi eleita por essas legendas.

#### 4.2.1 ESCOLARIDADE DA CLASSE POLÍTICA

As informações coletadas sobre a escolarização dos parlamentares do Estado seguem os resultados já citados dos estudos de elites políticas e revelam uma taxa elevada de políticos com nível superior completo. Conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Escolaridade dos deputados estaduais, federais e senadores do MS (1978-2010).



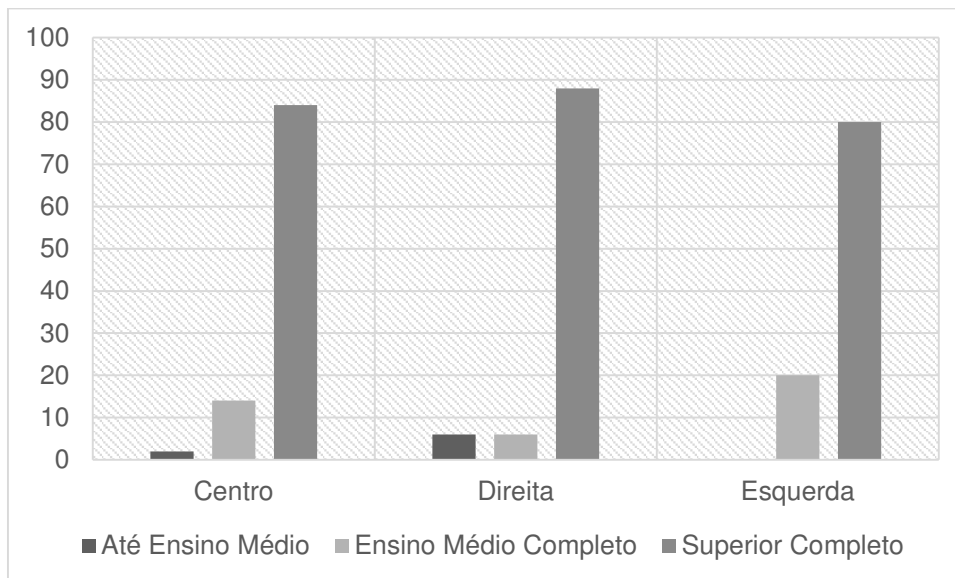
**N:** Deputado Estadual (192), Deputado Federal (70), Senador (15). Fonte: O autor. Sem informação: Deputado estadual (18).

As taxas de nível superior de 85% para os deputados Federais, 100% para os senadores e 82% para os deputados estaduais<sup>32</sup>, confirmam os diagnósticos sobre a posse do diploma de nível superior como um dos requisitos necessários, mas não suficientes para o ingresso na carreira política.

Note-se que as variações quanto às taxas de escolarização não são afetadas pela localização dos partidos políticos no espectro ideológico. O gráfico abaixo mostra como a taxa de eleitos com nível superior é alta em todos os espectros ideológicos.

<sup>32</sup> Os dados serão apresentados da mesma que forma que o dos dirigentes partidários, ou seja, considerando sempre os resultados e apresentando o número de casos sem informação. Como se observará, o número de casos com informação faltando foi muito menor entre os deputados estaduais do que entre os dirigentes. Isso se deve ao fato das fontes serem mais acessíveis e também ao fato da própria Assembleia Legislativa ter essas informações, que nos foram gentilmente concedidas pela instituição. Os dados sobre os deputados federais e senadores estão completos, as fontes para esses cargos são mais acessíveis. Isso revela um pouco dos problemas dos estudos de elites quando se vai até a esfera estadual, as fontes.

Gráfico 9 - Escolaridade dos deputados estaduais, federais e senadores do MS (1978-2010) por bloco ideológico (%)



N: Esquerda (53), Centro (108), Direita (116). Fonte: O autor.  
Sem informação: Centro (6), Direita (12).

Os dados acima não deixam dúvida quanto à importância daquilo que poderia ser entendido como um recurso de fundamental importância na vida política, nos vários já citados estudos. A posse do diploma superior é um atributo presente em vários tipos de elite, nas elites ministeriais (GUEDES, 2009), entre os próprios deputados federais (RODRIGUES, 2002, 2006) e também entre senadores (COSTA & CODATO, 2013).

#### 4.2.2 OCUPAÇÃO DOS PARLAMENTARES

A principal hipótese do trabalho, a qual buscou-se testar no capítulo anterior, diz respeito sobre aos padrões de recrutamento que poderiam existir nos partidos políticos de acordo com as suas localizações no espectro ideológico, conforme apresentada por Rodrigues (2002, p.32):

A suposição, quase intuitiva e lógica, era a de que, *ceteris paribus*, os parlamentares, segundo suas origens e *status* socioeconômico, estariam em partidos que mais se aproximassem de suas convicções ideológicas e interesses pessoais.

Seguindo essa hipótese e testando em um número diferente de partidos, os dados da tabela revelam a seguinte situação, considerando-se o bloco ideológico e a ocupação:

Tabela 11- Ocupação dos Deputados e Senadores por bloco ideológico

	Esquerda	Centro	Direita
Administrador de empresa		2	
Agricultor		1	
Comerciante		2	3
Comunicador		7	6
Empresário	13	12	26
Funcionário Público	13	1	2
Líder religioso			1
Magistério	25	3	4
Político	1		2
Produtor Rural		12	9
Profissão intelectual	6	9	9
Profissional Liberal	31	49	36
Trabalhador Manual		1	1
Trabalhador não manual em serviço	11	1	1
Total	53	114	124

**Sem informação:** Direita (4). Fonte: O autor.

Os dados acima destacam a presença considerável dos profissionais liberais eleitos entre todos os espectros ideológicos. Eles foram maioria na esquerda com 31%; 49% no centro e 36% na direita, confirmando os achados da literatura sobre essas profissões e sua maior presença no espaço político.

No que toca à hipótese de Rodrigues (2002), o cruzamento entre bloco ideológico e ocupação antes da entrada na política, revela que de fato algumas categorias se distribuem de forma diferente no *continuum* esquerda x direita.

As profissões médias altas, ou altas, se concentram à direita. Os empresários são 16% dos representantes do centro, 26% na direita, e 13% na esquerda. Por outro lado, trabalhadores não manuais em serviço e os professores se concentram na esquerda, com 25% e 11%.

Detalhando esses resultados por partido, fica evidente as variações que ocorrem dentro dos blocos ideológicos. Conforme a tabela:

Tabela 12- Origem social dos Parlamentares do Mato Grosso do Sul por partido político (1978-2010) (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	PFL	Outros partidos
Administrador de empresa			1	7				
Agricultor			2					
Comerciante			3			9		1
Comunicador			8	4	14	6	4	4
Empresário	7	28	7	26	29	16	43	20
Funcionário Público	15	11		4		3		4
Líder religioso						3		1
Magistério	44		2	7		3	9	4
Político		6						4
Produtor Rural			10	15	29		22	5
Profissão intelectual		17	6	15		9	4	9
Profissional Liberal	12	39	57	19	29	47	13	39
Trabalhador Manual			1					1
Trabalhador não manual em serviço	22			4			4	1
Total	27	18	87	27	7	32	23	74

Sem informação: PTB (1), Outros Partidos (3). Fonte: O autor.

Os achados da pesquisa entre os parlamentares eleitos pelo PMDB sinalizam para uma forte presença das camadas médias. De todas as bancadas, os profissionais liberais se concentram no partido, com 57%, seguidos por produtores rurais, com 10%, e empresários, com 7%. Os dados sobre a composição social dominante do partido confirmam a hipótese de que o recrutamento do partido é feito nas camadas médias.

Os dados são semelhantes aos encontrados por Menhelm<sup>33</sup> (1998). Em sua pesquisa sobre o MDB/PMDB em São Paulo, ela encontrou entre os peemedebistas eleitos deputados estaduais em 1982 uma taxa de 59,5% de advogados, 11, 9% de empresários, e 19,1% de professores universitários. Já em 1986, 23% eram advogados enquanto 12,4% eram oriundos do magistério superior, dados que são em alguma medida semelhantes aos encontrados até aqui.

Os partidos tomados isoladamente confirmam em parte os achados de Rodrigues (2002). O atual Democratas foi a agremiação que mais se aproximou de

<sup>33</sup> O trabalho da autora cobre o período de 1966 a 1986. As comparações com seu trabalho são feitas apenas entre as eleições de 1982 e 1986, período que os dados da citada autora cobrem o mesmo da presente pesquisa. Uma ressalva deve ser feita entre as categorias em que a pesquisadora agrupa as profissões: enquanto aqui trabalhamos 11 categorias, Menhelm (1998) trabalha com 25.



um típico partido de direita. Os empresários somaram 43% das bancadas, sendo seguidos pelos produtores rurais com 22% de eleitos.

No espectro oposto, o PT é a legenda que mais categorias recrutou do magistério, com uma taxa que chega aos 44%. Além dos professores, os trabalhadores não manuais em serviço somam 22% e os profissionais liberais 12%. Os dados dessa agremiação vão ao encontro do exame realizado por Rodrigues (2002) e a particularidade do Partido dos Trabalhadores no MS foi o fato de ter 7% de empresários entre os seus parlamentares.

Por outro lado, outros importantes partidos tiveram um recrutamento diferente, sendo esses os casos de PDT e PSDB. O primeiro à esquerda e o último ao centro tiveram taxas que os aproximam, aquele a um partido de centro e este a uma agremiação de direita.

O Partido Democrático Trabalhista foi constituído prioritariamente por profissionais liberais, com 39%, e empresários, que chegaram a 28% dos eleitos em todo o período. Em relação ao PSDB, as taxas de 26% de empresários e 15% de produtores rurais colocam o partido mais próximo de um recrutamento de direita.

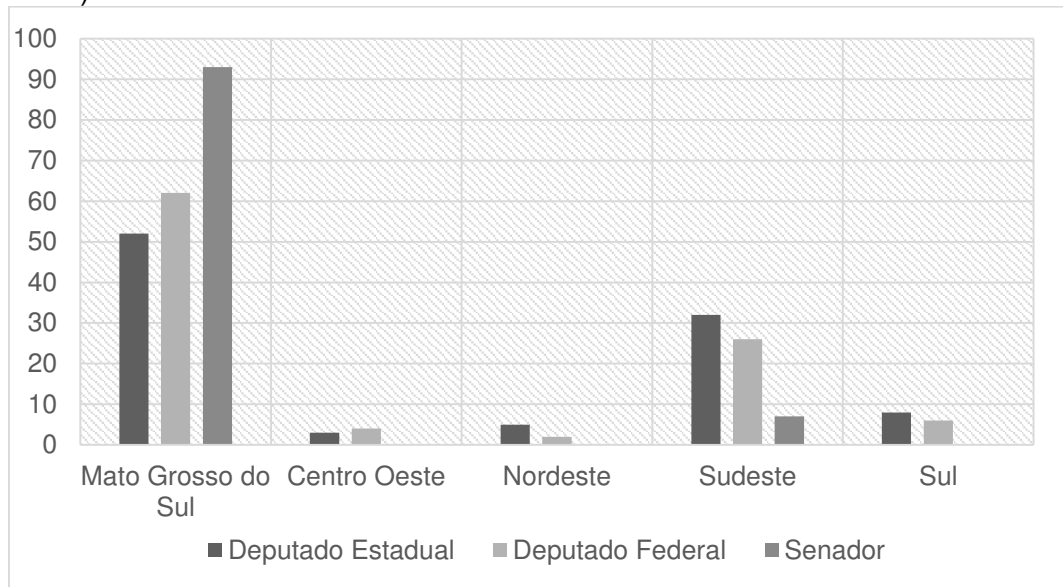
Assim, observando os dados sobre as bancadas partidárias, fica evidente que os achados da pesquisa confirmam em parte a hipótese do trabalho. Os casos do PMDB, DEM e PT são os que mais se aproximam dos resultados esperados: maior presença das camadas médias no primeiro, maior taxa de empresários no segundo e maioria de professores e trabalhadores não manuais no último.

Por outro lado, alguns partidos fugiram ao esperado, sendo esses os casos do PDT e PSDB, que tiveram um recrutamento mais próximo ao do centro e à direita, respectivamente.

#### 4.2.3 ORIGEM GEOGRÁFICA DOS PARLAMENTARES

No segundo capítulo havíamos encontrado entre os dirigentes partidários a presença constante de naturais do próprio Mato Grosso do Sul e, entre os parlamentares, a tendência se repete. Os dados abaixo destacam primeiramente a maior presença de nativos do próprio Estado:

Gráfico 10 - Origem geográfica dos parlamentares do Mato Grosso do Sul (1978-2010)



**N:** Deputado estadual (201), Deputado Federal (70), Senador (15).

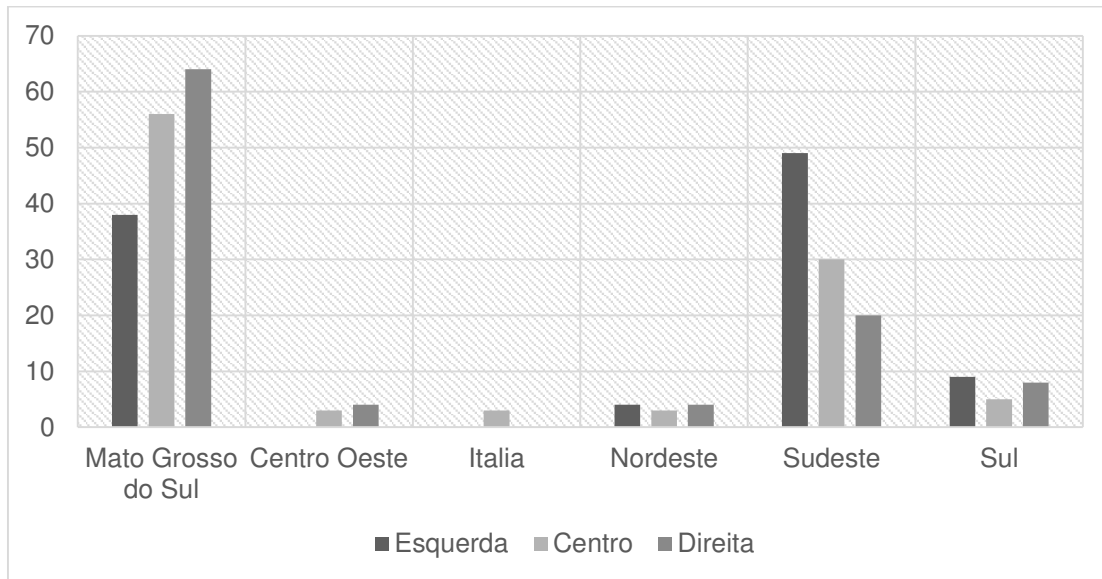
Sem informação: Deputado estadual (9). Fonte: O autor:

Os dados<sup>34</sup> acima não deixam dúvida quanto à maior quantidade de naturais do próprio Mato Grosso do Sul em relação aos oriundos dos outros Estados da Federação. Os cargos de Deputado Federal e Senador foram mais “fechados” à presença de pessoas de outras regiões. Entre os representantes da Casa Alta, apenas um eleito era de outro estado e entre os Deputados Federais, 67% eram do Mato Grosso do Sul.

Observando os dados detalhadamente quanto às possíveis variações entre os espectros ideológicos, a tabela abaixo ilustra as variações entre os parlamentares:

<sup>34</sup> Além dos dados do gráfico, entre os deputados estaduais e federais consta o já citado André Puccinelli que é natural da Itália.

Gráfico 11 - Origem Geográfica dos parlamentares por bloco ideológico (%)



N: Esquerda (53), Centro (114), Direita (119). Fonte: O autor.

Sem informação: Direita (9)

Os dados acima mostram ao menos dois pontos importantes sobre a classe política do Estado: a tendência a uma direita e centro naturais do próprio Mato Grosso do Sul e uma esquerda ligeiramente natural do sudeste e do sul do país.

Os dados confirmam que existia uma classe política natural do próprio Estado e os partidos que mais tiveram parlamentares de outras regiões foram as agremiações de esquerda, sendo, curiosamente, que essas foram as legendas que menos cadeiras conquistaram no Mato Grosso do Sul.

#### 4.2.4 IDADE DE ENTRADA NO CARGO

A variável idade apareceu ao longo do trabalho como uma tentativa de se identificar o tempo de carreira prévio à entrada no cargo. Os estudos de carreira trabalham com uma série de informações que não dispusemos na pesquisa, como, por exemplo, data de entrada no primeiro cargo, quantidade de partidos que passou, quantidade de cargos ocupados, etc.

Observando a idade como o intuito de perceber a experiência política prévia à entrada no cargo, os dados dos parlamentares do Mato Grosso do Sul seguem mais

uma vez a tendência à concentração na faixa etária 45 a 59 anos. Conforme os dados da tabela:

Tabela 13- Idade de entrada no cargo dos deputados estaduais, federais e senadores (%)

	Deputado Estadual	Deputado Federal	Senador
25 a 34 anos	10	7	
35 a 44 anos	39	26	7
45 a 59 anos	41	59	53
Mais de 60 anos	12	9	40
Total (N)	197	70	15

Sem informação: Deputado Estadual (13). Fonte: O autor.

Os dados acima não deixam dúvidas de que a tendência é a concentração na faixa etária 45 a 59 anos em todos os cargos, sendo 41% entre os deputados estaduais, 59% entre os deputados federais e 53% entre os senadores. Uma outra observação em relação à variável é o fato de que o cargo de senador teve uma porcentagem mais alta de políticos com mais de 60 anos, enquanto os deputados estaduais tiveram 39% na categoria 35 a 44 anos, o que sugere mais tempo de experiência para chegada até a Câmara Alta.

Os resultados por partido político revelam que a localização no espectro ideológico parece não ser uma variável determinante sobre a idade dos parlamentares. Conforme a tabela:

Tabela 14 - Idade de entrada no cargo dos parlamentares do Mato Grosso do Sul (1978-2010) (%)

	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	PTB	DEM	Outros Partidos
22 anos			1					
25 a 34 anos	8	6	6	4	14	10	9	10
35 a 44 anos	44	24	37	30	29	30	22	35
45 a 59 anos	44	52	43	48	57	43	55	44
Mais de 60 anos	4	18	13	18		17	14	11
Total (N)	27	17	86	27	7	30	22	66

Sem informação: PDT (1), PMDB (1), DEM (1), Outros Partidos (8). Fonte: O autor.

Os dados acima mostram como todos os partidos se assemelham nesse quesito, ficando a tendência nos citados 45 a 59 anos de idade. Nesse sentido, os dados sugerem que a experiência política é um atributo necessário para todos os espectros ideológicos, recurso tão fundamental como a posse do diploma de nível superior.

Utilizando a separação que Marengo e Serna (2007, p.101) fazem sobre a idade de 30 anos ser “um divisor para delimitar o ingresso precoce ou tardio na vida política”, percebe-se que pouco mais de 14% dos parlamentares tinham entre 25 a 34 anos na entrada dos respectivos cargos.

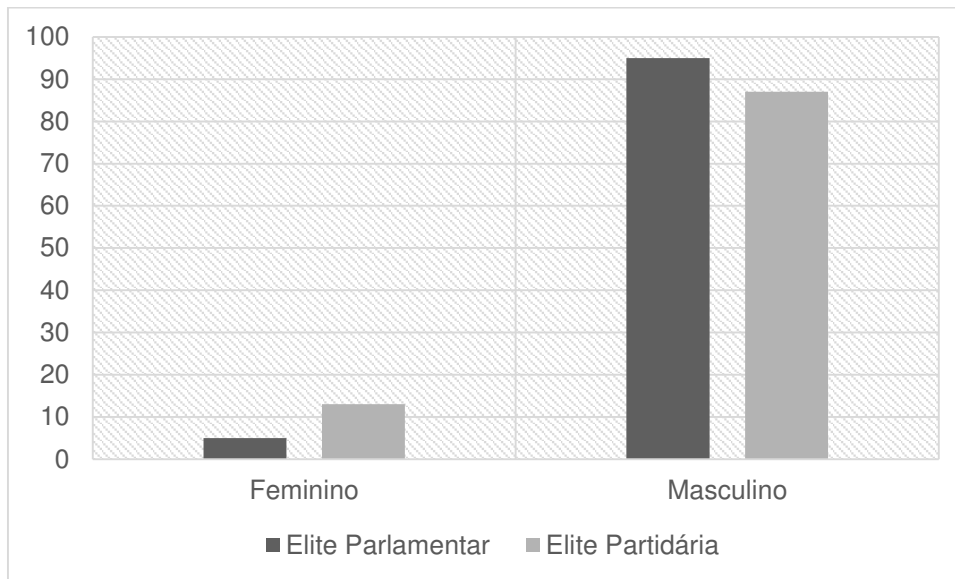
As bancadas mais envelhecidas foram as do PDT e PSDB, ambas com 18% de eleitos com mais de 60 anos de idade. Já o PMDB teve entre os seus eleitos uma taxa de 43% na categoria 45 a 59 anos e também 37% entre os 35 a 44 anos de idade, o que mostra que o partido segue a tendência dos demais.

#### 4.3 OS DOIS TIPOS DE ELITE: A ELITE PARLAMENTAR E A ELITE PARTIDÁRIA

O perfil da elite política estudada na pesquisa tem apontado para: homens, com nível superior completo, com idade média de 45 a 59 anos. Oriundos das: profissões liberais, do empresariado, dos produtores rurais e mesmo do magistério. Nessa seção, comparamos os resultados dos dois tipos de elite, parlamentares e partidárias, com intuito de ressaltar as semelhanças no padrão de recrutamento das duas.

A começar pela variável Gênero, as taxas de participação feminina são baixas nos dois segmentos. O gráfico abaixo ilustra os achados da pesquisa:

Gráfico 12 - Número de Homens e Mulheres nas Executivas e entre os parlamentares do Mato Grosso do Sul. (%)



N: Elite Parlamentar (295), Elite Partidária (325). Fonte: O autor.

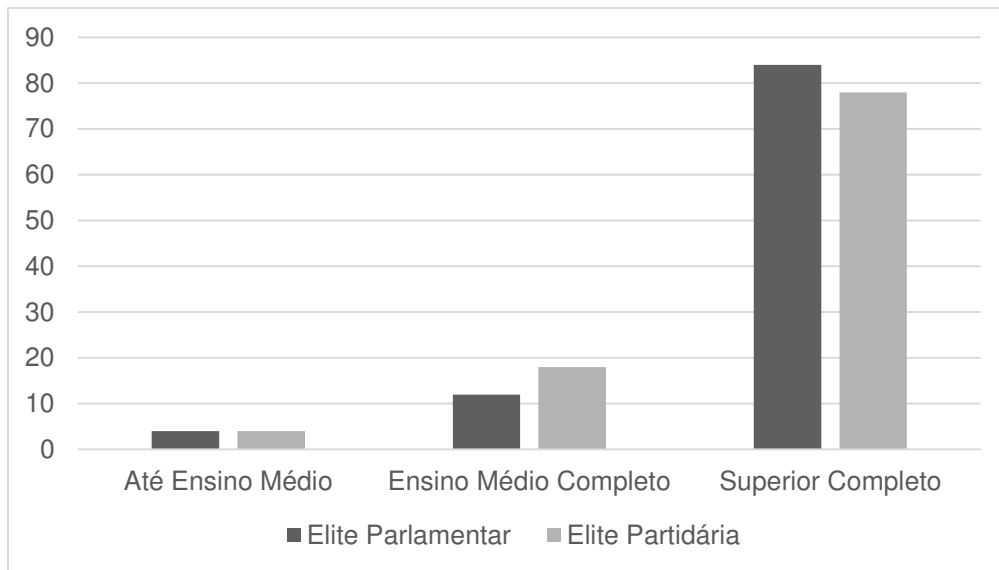
Os dados acima não deixam dúvidas quanto à predominância dos homens na política e a consequente sub-representação das mulheres no Mato Grosso do Sul. A utilização da metáfora utilizada por Norris (1997), parece aqui de elementar ajuda na explicação para o fato.

Ao longo do texto, utilizamos a metáfora que Norris (1997) utiliza sobre a oferta e a demanda para explicar o processo de recrutamento político e que especificamente discute a baixa presença feminina na política. Os dados dos dois tipos de elite política vão no mesmo sentido.

Os achados da pesquisa revelam que o espaço político no MS é ainda dominado por homens. As mulheres só tiveram taxas mais elevadas de participação nas Executivas do PT, que teve 35%, o que foi explicado como fruto das cotas e da origem da legenda.

Quanto à escolaridade dos dirigentes partidários e dos parlamentares do Estado, os dois tipos de elites políticas apresentam os seguintes resultados:

Gráfico 13 - Escolaridade da Elite Partidária e Parlamentar do Mato Grosso do Sul (%)



N: Elite Parlamentar (277), Elite Partidária (244). Fonte: O autor.

Sem informação: Elite Parlamentar (18), Elite Partidária (81)

Os dados acima revelam novamente a importância do diploma universitário para a condição da elite. Os dois tipos de elite mostram taxas muito semelhantes e se concentram na categoria Nível Superior. Fato que já havíamos demonstrado, a formação universitária é recorrente em todos os tipos de elites: nas parlamentares (BEST & COTA, 2007), (RODRIGUES, 2002) e nas ministeriais (GUEDES, 2009). Os dados de escolaridade são importantes para se identificar um pouco mais do status que o indivíduo possuía antes da entrada na política, porém a variável origem social, que tem sido o fio condutor do trabalho, revela mais precisamente esse status.

A tabela abaixo destaca a origem social dos dois tipos de elite:

Tabela 14- Origem social da elite parlamentar e partidária do Mato Grosso do Sul (%)

	Elite Parlamentar	Elite Partidária
Administrador de empresa	1	1
Agricultor	1	
Comerciante	2	2
Comunicador	5	2
Empresário	18	10
Funcionário Público	5	7
Líder religioso	1	
Líder Religioso		
Magistério	8	10
Outros		3
Político		2
Produtor Rural	8	12
Profissão intelectual	8	8
Profissional Liberal	39	40
Trabalhador Manual	1	2
Trabalhador não manual em serviço	3	1
Total	291	248

Sem informação: Elite Parlamentar (4), Elite Partidária (81)

A ocupação dos parlamentares e dirigentes partidários revela novamente o que os estudos sobre elites políticas falam em relação à origem social e à possibilidade de ingresso na política. As taxas de 40% e 39% de profissionais liberais, 10% e 18% de empresários, 12% e 8% de produtores rurais, além dos professores e funcionários públicos, indicam o que trabalhos como os de Dogan (1999) e Norris & Lovenduski (1997) argumentam.

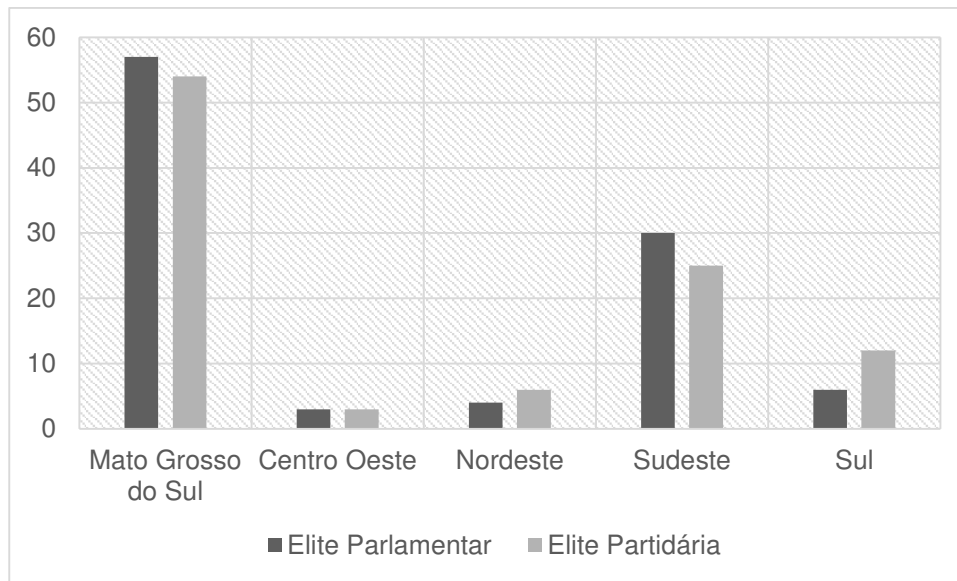
As *brokerage occupations*, ou as profissões do “verbo e da pena”, possibilitam para esses indivíduos recursos e características que são de grande valia no universo político, como o domínio da oratória e a flexibilidade de tempo.

Embora os dados separados por partido indiquem a presença de forma diferenciada dessas categorias entre os dirigentes partidários e parlamentares, a apresentação por tipo de elite revela as profissões que a literatura tem apresentado desde Weber como as mais propensas a se lançar à vida política.

Em relação à origem geográfica dos membros, os dados da pesquisa revelaram a seguinte situação:



Gráfico 14 - Origem geográfica dos Parlamentares e dirigentes partidários (%)



**N:** Elite Parlamentar (286), Elite Partidária (231). Fonte: O autor.

Sem informação: Elite Parlamentar (9), Elite Partidária (94).

Os dados sobre a origem geográfica mostram como, nos dois tipos de elite, o padrão encontrado é de políticos naturais do próprio Mato Grosso do Sul. Os dados confirmam as afirmações sobre a existência de uma classe política no Mato Grosso do Sul que lutou pela sua criação Bittar (2009), Silva (1996), Queiroz (2007).

As taxas relativas à idade de entrada no cargo dos dois tipos de elite, agrupados da mesma forma que os dados já apresentados, revelam novamente a concentração em torno da faixa 45 a 59 anos e 34 a 44 anos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 15 - Idade de entrada no cargo dos membros da Executiva e dos parlamentares (%)

	Elite Parlamentar	Elite Partidária
25 a 34 anos	8	3
35 a 44 anos	34	31
45 a 59 anos	46	50
Mais de 60 anos	12	16
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>205</b>

Sem informação: Elite Parlamentar (13), Elite Partidária (120). Fonte: O autor.

Note-se que as porcentagens são muito similares, variando entre 4 e 5 pontos percentuais. Enquanto a elite partidária possui 8% de dirigentes na faixa etária entre 25 a 34 anos, os parlamentares possuem 3%. A concentração em torno da faixa etária 45 a 59 anos, indica, embora não com muita exatidão, que a experiência política anterior aos dois cargos é em alguma medida relevante.

Dessa forma, os dados da pesquisa têm revelado que o PMDB foi uma das agremiações que mais profissionais liberais recrutou, tanto para o seu comando quanto para os seus parlamentares.

A tendência é um recrutamento nas camadas médias, revelando uma das particularidades do partido em relação, por exemplo, aos achados de Rodrigues (2002). O autor, em sua análise, pondera que: “Considerando o número relativamente grande de empresários na bancada do PMDB, a distribuição patrimonial de seus parlamentares e a associação entre essas variáveis e a ideologia, a conceituação que hoje parece mais correta para esse partido seria a de centro-direita (RODRIGUES, 2002, p.44).

Os profissionais liberais, como foi explicado ao longo do trabalho, estão presentes em todos os parlamentos do mundo. Por sua disponibilidade de horário, férias, domínio da retórica, são os que mais se lançam à vida política, conforme os vários estudos de Norris (1997), Norris & Lovenduski (1997), Dogan (1999), entre vários outros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que permeou o trabalho foi saber quem eram os dirigentes partidários e parlamentares eleitos pelo PMDB e demais partidos no Mato Grosso do Sul. A partir de uma prosopografia, testamos a hipótese originalmente formulada por Rodrigues (2002) sobre o padrão de recrutamento entre os partidos políticos brasileiros, de acordo com a sua localização no espectro ideológico.

O PMDB foi o objeto central do trabalho, mas as agremiações PT, PDT, PSDB, PP, PTB e DEM também foram utilizadas, em contraste com os resultados do retrato coletivo dos peemedebistas. Entre os parlamentares, foram agrupados todos os partidos que conquistaram cadeiras, acrescentando assim mais dados a análise.

No primeiro capítulo ficou demonstrado como funciona o processo de escolha dos dirigentes partidários, a partir do trabalho de Guarnieri (2011). As semelhanças encontradas entre os partidos foram explicadas como frutos dos resquícios da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), pois foi essa a legislação que estruturou a organização dos principais partidos brasileiros, conforme Ribeiro (2013).

As Executivas foram entendidas como a coalizão dominante, nos termos de Panebianco (2005). Dentre as atribuições dos membros desse grupo, a partir da consulta dos estatutos ficou evidenciado que os cargos de chefia foram os Presidentes, Vice-Presidentes, Secretários-gerais e Tesoureiros, todos que em alguma medida controlam ou exercem influência sobre as zonas de incerteza.

No segundo capítulo, demonstramos, a partir das taxas de renovação do PMDB, que a Executiva não está fechada para novatos. Embora não tenhamos utilizado o indicador de Schonfeld (1980), com base nas taxas de renovação ficou evidenciado que foram as primeiras formações, da década de 1980, as mais fechadas aos novatos; depois encontramos 38% e 55% de renovação para as Executivas eleitas na década de 2000.

Os dados da pesquisa revelaram aspectos novos sobre o que se sabia sobre a classe política do Mato Grosso do Sul e também sobre os partidos políticos do Estado.

A começar pelas taxas de 95% de dirigentes partidários homens e a mesma quantia entre os parlamentares, estas revelam que o espaço político ainda é dominado

predominantemente por homens, fato que na literatura tem sido explicado por autores como Norris & Lovenduski (1997) e também encontrado em outras regiões do país, como Perissinotto, Tribes e Costa (2009), e também a nível federal por Costa & Codato (2013). Os dados em todas as legendas revelaram esse fato, porém foi o PT o partido que entre os seus dirigentes mais mulheres recrutou, com 35%, dado que sugere o peso das cotas na agremiação.

Outro aspecto encontrado foi a alta taxa de políticos com nível superior completo. Em todos os espectros ideológicos e nos dois tipos de elite as taxas foram 80% para as parlamentares e 78% para as partidárias. Os achados confirmam o que vários dos estudos de elites políticas destacam, como os clássicos Carvalho (2008), Rodrigues (2002), também sobre ministeriais Guedes (2009). A posse do diploma de nível superior, nos dois tipos de elite, se mostrou como um dos atributos necessários à condição de elite.

Em relação à hipótese da pesquisa, os dados revelaram que alguns dos principais partidos do Estado possuem perfis nítidos. Foram os casos do PMDB, PDT, PSDB, PT e DEM.

Em relação ao PMDB ficou evidente que ele recruta os seus dirigentes e parlamentares prioritariamente entre as camadas médias; os profissionais liberais constituíram 66% dos dirigentes e 57% entre os parlamentares eleitos.

À esquerda, o PT foi a legenda que mais políticos recrutou do que poderia ser considerado como camadas médias e baixas. Os professores constituíram 44% da legenda, seguidos por profissões como trabalhadores não manuais em serviço, com 22%, e funcionários públicos, com 15%. No espectro oposto, o Democratas teve as taxas de 43% de empresários e 22% de produtores rurais.

Por outro lado, se a hipótese serviu para explicar os casos do PMDB, PT e DEM, outros partidos como o PDT e o PSDB no Mato Grosso do Sul tiveram um recrutamento mais próximo ao centro, no caso do primeiro, e mais próximo a direita, no caso do segundo. As altas taxas de profissionais liberais, nas fileiras do PDT, aliadas aos funcionários públicos, mostram que o partido se assemelha nesse quesito a uma organização de centro.

Já o PSDB revelou elevadas taxas de produtores rurais e empresários, sendo possível colocá-lo no sistema partidário do Mato Grosso do Sul, ao lado do Democratas.

A partir da análise da origem social dos dois tipos de elite, ficou evidenciado que algumas categorias sociais que mais cadeiras conquistaram no Estado foram os profissionais liberais, empresários, produtores rurais, magistério, profissões intelectuais, profissões que a literatura tem definido como as da *brokerage occupations* (NORRIS & LOVENDUSKI 1997) ou “profissões do verbo e da pena” (DOGAN, 1999).

Os dados relativos à origem social dos parlamentares e dirigentes partidários mostram que categorias sociais como trabalhadores manuais, agricultores, trabalhadores não manuais em serviço são a minoria na política sul-mato-grossense, sugerindo que o recrutamento no Mato Grosso do Sul é feito prioritariamente entre as camadas média e média alta.

Por fim, as variáveis idade de entrada no cargo e origem geográfica revelaram que os dirigentes de todos os partidos se concentram na faixa etária 45 a 59 anos e são, em geral, do próprio Mato Grosso do Sul.

Os dados da pesquisa sugerem que alguns partidos políticos possuem perfis nítidos em relação ao perfil social dos seus membros, revelando, assim, que a hipótese originalmente formulada para outro contexto e outro conjunto de dados se mostrou parcialmente satisfatória na explicação dos resultados. O trabalho também revela quais são os recursos necessários para a condição de elite no estado, mostrando que a classe política do Mato Grosso do Sul se assemelha em vários aspectos às de outras poliarquias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, A. A. de, Beloch, I., Lattman-Weltman, F., & Niemeyer, S. T. de (Eds.). (2001). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David.. A nova política dos governadores. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.40/41, p. 137-166, 1997.
- ADORNO, Sérgio. 1988. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo, Paz e Terra.
- ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999 .
- BEST, H. New Challenges, New Elites? Changes in the Recruitment and Career Patterns of European Representative Elites. **Comparative Sociology**, vol. 6. nos. 1-2, p. 85-113, 2007.
- BITTAR, M. Mato Grosso do Sul, a construção de um Estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossense. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BOHN, R.S. & PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos Estados. Sistema Partidário e democracia no **Revista Sociologia Política**, v. 17, n. 33, 2009.
- BOLOGNESI, Bruno. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 46, jun. 2013 .
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. N. 5 (2011).
- BRAGA, M. S. S. ; **BOLOGNESI, Bruno** . Dimensões do Processo de Seleção de Candidatos da Classe Política Brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. In: André Marengo dos Santos. (Org.). Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. , p. 75-106.
- BRAGA, Maria do S. S. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. **Política e Sociedade**. N°. 10. (2007).
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 46, jun. 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRIADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 24, n. 70, Junho 2009

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. A profissionalização ou popularização da classe política: um perfil dos senadores da República. In: André Marenco. (Org.). *Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013, v. 1, p. 1-226.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, Nov. 2012.

CZUDNOWSKI, Moshe M. "Political Recruitment". *Micropolitical Theory. Handbook of Political Sciences*. F. I. Greenstein e N. W. Polsby (Eds.), vol. 2, Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1975 : 155-242.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (Ed.). *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999. pp. 171-199.

DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966 -2006**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DUVERGER, M. (1980). **Os partidos políticos**. 2 ed. Brasília: UnB.

FERREIRA, D. P. **PFL X PMDB: Marchas e Contramarchas**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.

FLEISCHER, David Verge. As Origens Sócio-Econômicas e Regionais das Lideranças Partidárias em Minas. In: Fleischer, David Verge, org. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In Soares Gláucio; D'Araujo Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994, pp. 154-197.

FREIRE, A. A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia*, v. 12, p. 27-56, 2002.

Freidenberg, F. & Levitsky, S., 2007. Organización informal de los partidos en América Latina. **Desarrollo Económico**, 46(184), pp.539–568.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 165-208, 2012.

Guarnieri, Fernando. "A força dos partidos 'fracos'". **Dados**, v. 54, n. 1, p. 235-258. (2011)

GUEDES, Nuno. Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros (1946-2006). **Anál. Social**, Lisboa, n. 191, abr. 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. G. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB, 1966 – 1979. São Paulo: Vértice, 1988.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 7, p. 349-385, Apr. 2012.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense. 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 83-134.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina Cheibub (1995). “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados**, vol. 38, n. 3.

LUCAS, João Ignácio. A estabilidade dos dirigentes partidários do PMDB e do PT do Rio Grande do Sul-1979 a 1995. In: TELLES, Helcimara e LUCAS, João Ignácio (orgs.). (2003), **Das ruas às urnas**: partidos e eleições no Brasil contemporâneo. Caxias do Sul, Educs.

MAINWARING, S. **Sistemas Partidários em Novas Democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre, Mercado Aberto; Rio de Janeiro, FGV. 2001.

MARENCO DOS SANTOS, A. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 65, p. 5-26, 2008.

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MELHEM, Célia Soibelman. **Política de botinas amarelas**: o MDB – PMDB paulista de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO, Carlos Ranulfo Félix. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G, A & RENNÓ, L. (orgs.). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira. (P) MDB: De rebelde a Status Quo. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Vol. 2, No 2 (2011)

MENEGUELLO, R; POWER, T; MAINWARING, S.P. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 72.



MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, UnB, 1982.

MIILS, C.W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

MIRANDA, Paulo Roberto. A Metamoforse Petista: um estudo sobre o PT em Goiás (1980-2002). Universidade Federal De Goiás Faculdade De Ciências Humanas E Filosofia Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia 2004.

Neiva, Pedro, & Izumi, Maurício Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Rev. Sociol. Polit.**, Fev 2012, vol.20, no.41, p.171-192. ISSN 0104-4478

NEVES, M.M.R.N. Leões e raposas na política de Mato Grosso (ate 1978). Rio de Janeiro: Ed. Mariela, 2001.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NORRIS, Pippa (ed.). (1997) Passages to Power: Legislative Recruitment in advanced democracies. Cambridge, Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 46, jun. 2013 .

OLIVEIRA, Bruna Karoline Vasconcelos. **Da transição democrática ao governo lula: a trajetória e o papel político do PMDB**. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Ano:2012.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERISSINOTTO, Renato M ; COSTA, Luiz Domingos. ; TRIBESS, Camila . Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. Sociologias (UFRGS), v. 22, p. 280-313, 2009.

PERISSINOTTO, Renato M. ; BOLOGNESI, Bruno. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Revista Mediações** (UEL), v. 14, p. 143-169, 2009.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Dados, Rio de Janeiro , v. 52, n. 2, Jun. 2009 .

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. **Raído (UFGD)**, v. 1, p. 137-163, 2007.

RAHAT, G.; HAZAN, R. Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 297-322, 1 May 2001.

RIBEIRO, Pedro Floriano. 2008. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

RODRIGUES, Leôncio Martins **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos** - Escritos de Sociologias Política. 1. ed. S. Paulo, SP: Ática, 1989. v. 1.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 17, n. 48, Fev. 2002

SARTORI, Giovanni. Da sociologia da política à sociologia política. In: LIPSET, Seymour M. (org.). Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SANTOS, Fabiano. (2003), O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/IUPERJ.

Sá, José Marcílio de. **A Organização Institucional Do Partido Do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) E Sua Atuação Na Arena Eleitoral Do Estado Do Piauí: 1986-2006**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Ano 2011.

SCHONFELD, William R. (1980), “La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste”. **Revue Française de Science Politique**, vol. 30, n. 3, pp. 477-505.

SILVA, E. B.; OLIVEIRA, T.C.M. **Do MDB ao PMDB: 40 anos de história**. Campo Grande, 2006.

SILVA, J. **A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica-1892-197**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1996.

SILVA, Julio Cesar G. Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Rev. Paraná Eleitoral, v.2 n.1 2013

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polit.**, Jun 2011, vol.19, no.39, p.115-137.

TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2013, vol.21, n.45, pp. 149-165.

UNZUE, Martín. A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília , n. 8, p. 13-46, Aug. 2012 .

### Outras Fontes

<http://www.tse.jus.br/>

<http://www.tre-ms.jus.br/>

<http://www.tce.ms.gov.br/>

Estatuto do PT (2007). Aprovado pelo diretório nacional em outubro de 2007.

Estatuto PDT (1999). Brasília, Sede Nacional do PDT, Em 27 de Agosto de 1999

Estatuto PP (2013). Aprovado em Convenção Nacional em 11 de Abril de 2013.

Estatuo DEM (2013). Aprovado 12 de dezembro de 2007.

Estatuto PTB (2012). Aprovado em Brasília, 18 de julho de 2012.

Estatuto PSDB (2013). Aprovado com alterações da XI Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira -PSDB, realizada no dia 18 de maio de 2013.

Estatuto PMDB (2013). Aprovado em 10 de outubro de 2013.